

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) Luis Manuel de Campos Mello

TERRORISMO INTERNACIONAL

*Ataque terrorista internacional no Brasil: Uma ameaça realista?*

Rio de Janeiro

2018

CMG (FN) Luis Manuel de Campos Mello

## TERRORISMO INTERNACIONAL

Ataque terrorista internacional no Brasil: Uma ameaça realista?

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,  
como requisito parcial para a conclusão do Curso de  
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Claudio Marin Rodrigues

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

## AGRADECIMENTOS

Ao Ilmo. Dr. Márcio Paulo Buzanelli, Assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por sua disposição em compartilhar sua vasta experiência na área de enfrentamento ao terrorismo no Brasil.

Ao Ilmo. CMG (RM1) Claudio Marin Rodrigues, meu orientador, pelo referencial como pesquisador e acadêmico e pela firmeza de propósito na busca incansável pelo aprimoramento do saber.

A todos os profissionais que trabalharam para que os grandes eventos internacionais realizados no Brasil de 2007 a 2016 transcorressem em um ambiente de paz e segurança.

Muito obrigado.

A minha amada esposa Marcia e meus filhos, Luiza e Heitor, por seu carinho e compreensão.

## RESUMO

O Brasil viveu um período de grandes eventos internacionais em seu território, de julho de 2007 a setembro de 2016, onde construiu, com grande esforço e investimentos, uma eficaz capacidade integrada de enfrentamento a ameaça terrorista internacional, estabelecendo eficientes estruturas integradas para oferecer segurança ao país contra esse fenômeno que assola a humanidade desde a Antiguidade e representa uma das maiores preocupações da sociedade internacional na atualidade. Passado o período dos grandes eventos internacionais, as estruturas criadas foram desativadas, conhecimentos foram perdidos e a prontidão brasileira contra o terrorismo internacional retornou aos mesmos níveis anteriores a julho de 2007. Essa postura, entretanto, é incompatível com a ameaça terrorista internacional na atualidade, uma vez que existem, na realidade brasileira, fatores de atração e de vulnerabilidade relacionados ao terrorismo internacional contemporâneo. Os fatores de atração, ligados, principalmente, à ameaça atual dos grupos fundamentalistas islâmicos e as atividades de grandes organizações criminosas com conexões com o Narcoterrorismo na América Latina, potencializam-se com os fatores de vulnerabilidade, presentes no deficiente ordenamento jurídico brasileiro referente ao terrorismo, na percepção da ameaça terrorista na sociedade brasileira e nas escassas estruturas nacionais de enfrentamento ao fenômeno. Com isso, este estudo ressalta a importância de se resgatar e preservar os conhecimentos e capacidades adquiridos anteriormente, de maneira a prover a segurança de seus cidadãos e do país contra o terrorismo internacional, além de honrar compromissos internacionais brasileiros referentes ao tema.

Palavras-chave: Terrorismo internacional, segurança, ameaça terrorista, fundamentalismo religioso, Narcoterrorismo, percepção, grandes eventos internacionais.

## ABSTRACT

Brazil experienced a period of major international events in its territory, from July 2007 to September 2016, when it was built, with great effort and investment, an effective integrated capacity to confront the international terrorist threat, establishing efficient integrated structures to provide security against this phenomenon that has plagued humanity since antiquity and represents one of the major concerns of international society today. After the period of the major international events, the structures created were deactivated, knowledge was lost and Brazilian readiness against international terrorism returned to the same levels before July 2007. This position, however, is incompatible with the international terrorist threat at the present time, since there are in fact Brazilian factors of attraction and vulnerability related to contemporary international terrorism. The factors of attraction, related mainly to the current threat of terrorism by Islamic fundamentalist groups and the activities of criminal organizations with connections to narcoterrorism in Latin America, catalyze with the vulnerability factors present in the precarious Brazilian laws regarding terrorism, in the low perception of the threat among the Brazilian society and in the scarce permanent structures of protection against the phenomenon. This study highlights the importance of recovering and preserving the knowledge and skills on fighting against international terrorism previously acquired in order to provide security for its citizens and the country, in addition to honoring Brazilian international commitments related to the subject.

**Keywords:** International terrorism, security, terrorist threat, religious fundamentalism, Narcoterrorism, perception, major international events.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ataques Terroristas no Mundo de 1970 a 2015: Concentração e Intensidade.....	87
Gráfico 1 - Quantidade de Atentados Terroristas de 1970 a 2015.....	40
Figura 2 - O CIET e os 3 eixos institucionais no enfrentamento ao terrorismo.....	55

## LISTA DE TABELAS

- 1 - Ataques Terroristas no Mundo de 1970 a 2015: Concentração e Intensidade.....89
- 2 - Percepção da Ameaça a Segurança no Brasil em 2011.....88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AEGE	Assessoria Especial para Grandes Eventos
ALN	Aliança de Libertação Nacional
AMIA	Associação Mutual Israelense Argentina
AP	Ação Popular
AQI	Al Qaeda no Iraque
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
CCPCT	Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao terrorismo
CCTI	Centro de Coordenação Tático Integrado
CICC	Centro Integrado de Comando e Controle
CIANT	Centro Integrado Antiterrorismo
CIET	Centro Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo
CIJ	Centro de Inteligência dos Jogos
CIN	Centro de Inteligência Nacional
CESI	Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo
CHOC	Subchefia de Operações Conjuntas
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência)
CISE	Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros
COT	Comando de Operações Táticas
CPCT	Centro de Prevenção e Combate ao Terrorismo
CV	Comando Vermelho
DAT	Divisão Antiterrorismo
DPF	Departamento de Polícia Federal

EHESS	<i>École des Hautes Etudes en Sciences Sociales</i> (Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais)
EI	Estado Islâmico
EMCFA	Estado-maior Conjunto das Forças Armadas
EPAT	Estágio de Percepção da Ameaça Terrorista
ETA	<i>Euskadi Ta Akatasuna</i> (Pátria Basca e Liberdade)
EUA	Estados Unidos da América
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular
FDLP	Frente Democrática de Libertação Nacional
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
FLA	Frente de Libertação Árabe
FLN	Frente de Libertação Nacional
FPLP	Frente Popular de Libertação da Palestina
FPLP-CG	Frente Popular de Libertação da Palestina Comando-Geral
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
GT Terrorismo	Grupo de Trabalho Terrorismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRA	<i>Irish Revolutionary Army</i> (Exército Revolucionário Irlandês)
ISIL	<i>Islamic State of Iraq and Levant</i> (Estado Islâmico da Síria e do Levante)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NBQR	Nuclear Biológico Químico e Radiológico
OCDE	Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
OLP	Organização para Libertação da Palestina

ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Primeiro Comando da Capital
PIRA	<i>Provisional IRA</i> (Exército Revolucionário Irlandês Provisório)
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESGE	Secretaria Especial de Grandes Eventos
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SG	Secretaria de Governo
STAR	<i>National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism</i> (Consórcio Nacional para o Estudo do Terrorismo e Respostas ao Terrorismo)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USS	<i>United States Ship</i> (Navio da Marinha dos Estados Unidos da América)
VAR - Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 UM FENÔMENO SEMPRE PRESENTE NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE .....	19
2.1. Da luta pela liberação da Judéia ao terrorismo da Guerra Fria.....	20
2.2 A ameaça terrorista ganha o cenário internacional .....	26
2.3 O retorno do terrorismo religioso ao cenário mundial e as organizações terroristas transnacionais .....	29
2.4 Ameaça permanente, práticas recorrentes e tendências atuais .....	36
3 OS GRANDES EVENTOS INTERNACIONAIS REALIZADOS NO BRASIL E O DESAFIO DE ENFRENTAMENTO AO TERRORISMO.....	43
3.1 Os três eixos institucionais e o preparo para o enfrentamento da ameaça terrorista nos grandes eventos internacionais. ....	44
3.2 Jogos Olímpicos Rio 2016: O maior dos desafios.....	51
3.3 Desmobilização: Legado e oportunidades perdidas.....	60
4 FATORES DE ATRAÇÃO E VULNERABILIDADE RELACIONADOS A AMEAÇA TERRORISTA INTERNACIONAL NO BRASIL .....	64
4.1 Fatores de atração a ameaça terrorista internacional no Brasil.....	64
4.2 Fatores de vulnerabilidade a ameaça terrorista internacional no Brasil.....	71
5 CONCLUSÃO .....	79
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO A .....	87
ANEXO B .....	88

APÊNDICE A.....	89
APÊNDICE B.....	99

## 1 INTRODUÇÃO

O terrorismo é uma ameaça que, por seu impacto psicológico e potencial de danos, pode causar instabilidade política, social e econômica nos Estados por ele atingidos. Por meio de ações violentas, os grupos terroristas buscam causar terror social, que pode ser entendido como um medo generalizado na sociedade. O terror social, por sua vez, tem por propósito lograr que um público específico, normalmente composto pela população alvo dos ataques, assumam determinado comportamento político ou religioso, pressionando suas lideranças a tomar decisões em um sentido desejado. O terrorismo serve, portanto, em última análise, a um propósito político e constitui, normalmente, uma estratégia de um ator mais fraco em uma contenda contra um mais forte. Este último é, geralmente, um governo estatal, mas pode ser, também, um partido político, uma grande corporação, um grupo religioso, étnico ou, ainda, uma minoria (LAQUEUR, 2002).

Diversos pesquisadores têm se debruçado sobre o tema, a fim de compreender seus mecanismos e os aspectos que o caracterizam.

A palavra "terrorismo" apareceu pela primeira vez apenas em 1798, no Dicionário da Academia Francesa, associada ao uso político da violência pelos Jacobinos durante a Revolução Francesa (1789-1799) (VISACRO, 2009).

Para Robert A. Pape (2006), o terrorismo envolve o uso de atos de violência por uma organização não governamental (revolucionários, nacionalistas, milícias, grupos étnicos, religiosos e outros) para intimidar ou aterrorizar um público específico desafiando, assim, uma ordem política existente.

Walter Laqueur (2002), por sua vez, coloca a política no centro do fenômeno, ao explicar que o terrorismo consiste no uso ilegítimo da força com propósitos políticos, contra pessoas inocentes.

Entretanto, apesar de ter sido largamente estudado, o terrorismo ainda é um fenômeno bastante difícil de se delimitar, não havendo, no plano internacional, um consenso único. Ao mesmo tempo em que a Organização das Nações Unidas (ONU) o repudia, tendo estabelecido medidas para combatê-lo em diversas convenções, protocolos e resoluções, legislações de diferentes países o caracterizam segundo critérios distintos (VISACRO, 2009).

As Forças Armadas Brasileiras conceituam o terrorismo, em seu glossário, como

Forma de ação que consiste no emprego da violência física ou psicológica, de forma premeditada, por indivíduos ou grupos adversos, apoiados ou não por Estados, com o intuito de coagir um governo, uma autoridade, um indivíduo, um grupo ou mesmo toda a população a adotar determinado comportamento. É motivado e organizado por razões políticas, ideológicas, econômicas, ambientais, religiosas ou psicossociais (BRASIL, 2015, p. 253).

A definição jurídica do terrorismo no Brasil está prevista na Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016, que o conceitua como sendo a prática por um ou mais indivíduos, de atos violentos específicos, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio ou a paz e a incolumidade pública (BRASIL, 2016).

Alguns autores distinguem o terrorismo realizado por um grupo radical em seu próprio país, o qual conceituam como terrorismo nacional ou doméstico, do chamado terrorismo internacional, cujo alcance extrapola as fronteiras do Estado (VISACRO, 2009).

Para Thomas Schelling, o terrorismo é internacional quando é "cometido por nacionais de um país, ou por membros de organizações ou grupos nacionalistas, contra governos, instituições ou pessoas em outro país" (apud SPADANO, 2004, p. 72).

Álvaro S. Pinheiro, por sua vez, define o terrorismo internacional como aquele "caracterizado por incidentes cuja preparação, financiamento, consequências e ramificações transcendem as fronteiras nacionais" (apud VISACRO, 2009, p. 287).

Embora o terrorismo seja motivo de preocupação mundial na atualidade, este fenômeno é registrado desde a antiguidade. Ao longo da história da humanidade, em diferentes

sociedades, grupos radicais realizaram ataques terroristas por motivações políticas, religiosas ou ideológicas, sendo suas práticas repetidas e aprimoradas (VISACRO, 2009).

Porém, foi apenas a partir da década de 1960 que o terrorismo passou a ser uma ameaça internacional de relevância, devido as maiores facilidades de deslocamento proporcionadas pelo acesso aos modernos meios de transporte. Os ataques de grupos terroristas baseados em um país começaram a ser realizados em outras partes do mundo. Grupos radicais de diferentes nacionalidades passaram a colaborar entre si e a preocupar, até mesmo, Estados não envolvidos diretamente em contendas com estas organizações, mas que poderiam abrigar, em um dado momento, potenciais alvos do terrorismo internacional (VISACRO, 2009).

O acelerado desenvolvimento das tecnologias das comunicações e os avanços da internet, a partir do final do século XX, possibilitaram aos grupos terroristas ampliar enormemente seu alcance e poder, por meio de acesso a conhecimentos restritos, associações em ambiente virtual com organizações criminosas, maior facilidade de financiamento de suas ações, ampla difusão de sua propaganda e fusões entre grupos em diversas partes do mundo, criando sistemas similares ao das franquias de grandes empresas transnacionais. As organizações terroristas transnacionais, que surgiram a partir destas fusões, passaram a atuar, assim, em diversas partes do mundo, preocupando toda a comunidade internacional (VISACRO, 2009).

Dessa forma, o terrorismo evoluiu e se adaptou ao longo da história da humanidade, aumentando assustadoramente sua frequência de ocorrência e letalidade no início do século XXI<sup>1</sup> (VISACRO, 2009).

O Brasil, desde 1988, estabelece o repúdio ao terrorismo como um dos princípios que norteiam suas relações internacionais, conforme expresso no artigo 4º de sua Constituição

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://www.start.umd.edu/gtd/>>. Acesso em 11 Jun 2018.

Federal (BRASIL, 2018). Como membro ativo do sistema ONU, compartilha da preocupação internacional com o crescimento do fenômeno, ratificando os diversos acordos firmados para seu enfrentamento, principalmente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA)<sup>2</sup>.

A partir de 2007, o país passou a vivenciar um período de realização de grandes eventos internacionais em seu território, que duraria até 2016. Esses acontecimentos trouxeram significativa quantidade de turistas e delegações esportivas estrangeiras, chefes de Estado e a atenção da mídia internacional, levando o Estado a considerar a ocorrência de um ataque terrorista internacional em seu território como algo bastante factível, devido à exposição midiática gerada pelos eventos e à presença de potenciais alvos de grupos extremistas no país (MELLO, 2018).

Em função do desafio representado pela necessidade de prover segurança aos eventos, o Brasil iniciou um intenso preparo para enfrentamento da ameaça terrorista. As instituições de diferentes esferas governamentais envolvidas (federal, estadual e municipal) adquiriram, gradualmente e com bastante esforço, expertise e preparo em prevenção e combate ao terrorismo. Estruturas temporárias de planejamento e coordenação foram criadas para garantir a segurança dos eventos que, ao final, transcorreram de forma bastante satisfatória. Após o último grande evento, os Jogos Olímpicos Rio 2016, seguiu-se uma imediata desmobilização das estruturas empregadas (MELLO, 2018).

Entretanto, esta desmobilização, que retornou a prontidão institucional do Brasil contra o terrorismo a níveis anteriores aos dos grandes eventos internacionais realizados no país é condizente com a ameaça terrorista internacional contemporânea? A ocorrência de um ataque terrorista internacional no Brasil na atualidade é uma hipótese realista?

A relevância deste estudo se dá, pelo fato de que, apesar do fenômeno terrorismo

---

<sup>2</sup> Disponível em < <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em 25 Jun 2018.

ser incerto e poder acontecer alhures, ainda pode existir, mesmo passado o período dos grandes eventos internacionais realizados no país, fatores que favorecem sua ocorrência no território brasileiro, com impactos negativos para o Estado e suas instituições.

A ocorrência de um ataque terrorista internacional, na atualidade, exporia uma falta de capacidade do governo e de suas instituições para proporcionar segurança, no país, contra uma ameaça presente no cenário internacional contemporâneo. Essa exposição seria agravada, ainda mais, pela demonstração da incapacidade de se manter um legado adquirido anteriormente, com muito esforço, no período dos grandes eventos internacionais, bem como de engajamento em compromissos internacionais relacionados ao enfrentamento do terrorismo.

Este trabalho tem, como objeto de estudo, a ameaça terrorista internacional ao Brasil na atualidade. Adotará, durante o estudo, o conceito de terrorismo previsto no Glossário das Forças Armadas, sempre que puder ser classificado como internacional, ou seja, quando praticado ou planejado por indivíduos ou grupos estrangeiros, ou organizações domésticas com sólidas conexões internacionais, conforme conceituado por Pinheiro (apud VISACRO, 2009).

O terrorismo doméstico (praticado por atores nacionais e sem qualquer conexão estrangeira), apesar de não ser o foco principal deste estudo, será abordado ocasionalmente, uma vez que seu estudo contribui para a compreensão do fenômeno e, também, porque sua ocorrência é catalisadora do terrorismo internacional, como será visto neste trabalho.

O estudo buscará identificar se, passado o período dos grandes eventos internacionais realizados no país, que ocorreram desde os Jogos Panamericanos de 2007 até as Olimpíadas de 2016, a realização de um ataque terrorista internacional no Brasil ainda deve ser um fator de preocupação. Este objetivo será alcançado por meio da análise de fatores de atração e vulnerabilidade ao terrorismo internacional no Brasil.

Para que isso possa ser realizado, o capítulo dois deste trabalho fará uma breve revisão histórica do fenômeno terrorismo, enfatizando sua importância como ferramenta para a consecução de propósitos políticos, o caráter repetitivo e evolutivo de suas práticas e mecanismos e seu alcance, de dimensões globais, de maneira a identificar, ao final, as atuais tendências dessa ameaça.

Posteriormente, no capítulo três, serão revisados o preparo e a prontidão institucional do Brasil para enfrentamento ao terrorismo durante o período dos grandes eventos internacionais realizados em seu território, desde 2007, até 2016, identificando as dificuldades envolvidas na construção gradual da capacidade institucional para oferecer segurança contra este fenômeno, as complexidades para o estabelecimento de uma eficiente estrutura para tratar deste assunto e a desmobilização realizada após o período.

Feitas essas considerações, no capítulo quatro, serão identificados e analisados, com base nas conclusões parciais dos capítulos 2 e 3, acrescentadas da análise de alguns aspectos da realidade brasileira, a existência, no Brasil, de fatores de atração e vulnerabilidade relacionados a atividade terrorista internacional que aumentam a possibilidade de ocorrência deste fenômeno em seu território.

O trabalho será encerrado no capítulo cinco, em que os seus aspectos mais relevantes serão sumarizados e as perguntas inicialmente formuladas serão respondidas, possibilitando concluir se um ataque terrorista no Brasil, na atualidade constitui, ou não, uma ameaça realista.

## 2 UM FENÔMENO SEMPRE PRESENTE NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

O medo da punição coletiva sempre afligiu os grupos sociais humanos. Poucos terroristas, na atualidade, poderiam imaginar pior ato de terror, do que a punição divina imposta à sociedade egípcia, relatada na passagem bíblica do Antigo Testamento, em que a vida dos primogênitos de cada família foi retirada, para pressionar o Faraó a atender à reivindicação de liberdade apresentada por Moisés, líder dos Hebreus (BÍBLIA SAGRADA, 1993).

Os escritos do Antigo Testamento refletem o medo dos seres humanos, desde tempos antigos, de serem atingidos por um ato de violência do qual não podem se defender, em função de um castigo contra a coletividade.

Organizações que empregaram o terrorismo, ao longo da história, se valeram deste medo para se apresentar como uma ameaça constante à sociedade e, assim, influenciar e condicionar a opinião pública a pressionar seus governos, de maneira a atender suas reivindicações (NÓBREGA, 2013).

Este capítulo irá realizar uma breve revisão da evolução histórica desta importante ferramenta de luta, verificando como segmentos religiosos, grupos extremistas e, até mesmo governos valeram-se do terrorismo para atingir um propósito político e/ou religioso. Essa revisão é importante para que se possa compreender que o terrorismo é um fenômeno social, portanto atemporal e com potencial de uso por diferentes ideologias, movimentos políticos e religiosos. Além disso, será visto como práticas e mecanismos de sustentação empregados ao longo da história se repetem e evoluem ao longo do tempo.

O estudo da evolução do terrorismo já foi realizado por diversos autores, por meio de diferentes óticas e molduras temporais, ressaltando aspectos distintos do fenômeno. Uma abordagem interessante foi realizada por David Rapoport (2002), que identificou 4 grandes

ondas do terrorismo moderno, segundo propósitos, ideologias e características específicas. A primeira onda foi a Anarquista, de 1880 a 1920, seguida pela Anti-colonialista, de 1920 a 1960, pela Nova Esquerda, de 1960 à década de 1990 e, por último, a Religiosa, que se iniciou em 1979 e ainda está em andamento. Nesta última, estão incluídos os grupos fundamentalistas islâmicos que protagonizam o atual terrorismo internacional.

Este trabalho, por sua vez, revisará o fenômeno abordando a evolução do terrorismo desde seus primeiros registros na antiguidade até os movimentos que surgiram no contexto da Guerra Fria (1947-1989), ressaltando como alguns destes últimos sobreviveram até os dias atuais recorrendo ao tráfico internacional de drogas e a delitos transnacionais. Em um segundo momento, destacará o forte movimento de internacionalização do fenômeno que ocorreu a partir da década de 1960, aumentando significativamente seu alcance geográfico. Como último passo da revisão, ressaltará como o terrorismo religioso, que já existia desde a antiguidade, volta ao protagonismo no ambiente internacional, ameaçando a paz e estabilidade mundiais por meio das chamadas organizações terroristas transnacionais.

Com isso, será possível, ao final deste capítulo, destacar algumas tendências do terrorismo na atualidade.

## **2.1. Da luta pela liberação da Judéia ao terrorismo da Guerra Fria**

Os primeiros ataques registrados com o intuito de causar o terror na sociedade tinham como protagonistas grupos religiosos. Entre os anos 66 e 73 da era Cristã, os antigos judeus Zelotes realizaram um levante contra a ocupação da Judéia pelo Império Romano. Um grupo conhecido como Sicários<sup>3</sup>, uma organização religiosa extremista dentre os Zelotes,

---

<sup>3</sup> O nome Sicário significava “homem da adaga” e derivou do fato de que carregavam uma pequena adaga conhecida como “Sica” escondida em suas vestes (LAQUEUR, 2002).

realizava ataques com adagas contra representantes do poder e judeus moderados passivos a dominação romana. Esses ataques eram realizados em locais públicos, em plena luz do dia, de maneira a obter visibilidade e disseminar o medo generalizado, pressionando o poder das autoridades romanas e enfraquecendo sua imagem perante a população (LAQUEUR, 2002).

No século XI, outro grupo religioso ficaria famoso ao se valer do terror como movimento reivindicatório ante um poder político dominador. A seita conhecida como “Assassinos”, uma sociedade secreta dentro da comunidade muçulmana Ismaelita (ramificação dos Xiitas) vivia nas montanhas da Pérsia e reivindicava autonomia religiosa. Esta seita ganharia fama por dominar técnicas secretas de assassinato, usadas contra autoridades políticas e religiosas. Seus membros tinham como alvos, desde pequenas lideranças políticas locais a califas, tendo atacado, em uma ocasião, até mesmo, um rei cruzado de Jerusalém. Em duas ocasiões tentaram matar o famoso Sultão Saladino, líder sunita da Síria e do Egito, mas falharam. Cortejavam a morte e a cultura do martírio e tinham apoio dos demais ismaelitas, pois representavam sua insatisfação com o domínio político sunita da Dinastia Seljuq<sup>4</sup> sobre a Pérsia (LAQUEUR, 2002).

A partir do final do século XIX, o uso sistemático do terrorismo como estratégia para se atingir um fim político passaria a adquirir grande importância. Ideias de Mikhail Bakunin (1814-1876), fundador do anarquismo russo, foram fonte de inspiração para grupos que desafiavam o poder político vigente (VISACRO, 2009). O movimento revolucionário russo *Narodnaya Volya*, que contestava o regime dos Czares, inspirado pelas ideias de Bakunin realizou diversos atentados ao Czar Alexandre II, que morreria em um ataque terrorista em março de 1881 (LAQUEUR, 2002). A partir da década de 1890, uma forte onda de ataques a líderes políticos, motivada pelo Movimento Anarquista atingiu a Europa e os

---

<sup>4</sup> A Dinastia Seljuq (Séc X ao Séc XIV) era formada por descendentes de tribos nômades que migraram da Turquia e da Ásia Central para a antiga Pérsia, assimilando a cultura persa e a religião muçulmana, seguindo a linha do sunismo. Disponível em <https://www.britannica.com/topic/Seljuq> acessado em 29 Mai 2018.

EUA, matando diversos chefes de Estado, dentre os quais, o Presidente Sadi Carnot da França, em 1894, o Primeiro Ministro Antonio Cánovas da Espanha, em 1897, a Imperatriz Elizabeth Sissi, da Áustria em 1898, o Rei Umberto I da Itália e o Presidente Willian Mc Kinley dos EUA em 1901<sup>5</sup>, o primeiro Ministro José Canalejas, também da Espanha, em 1912 e o Rei Georges, da Grécia, em 1913 (GUEDES, 2009).

Embora muitos destes ataques tivessem sido realizados por iniciativa individual de seus autores, coincidiram com um período no qual os movimentos anarquistas incentivavam a violência pregando a realização da “Propaganda pelos Atos”, ou seja, fazer com que os atos de terrorismo servissem de exemplo e fossem os catalisadores de uma revolução. O movimento político anarquista passou, assim, a incentivar seus seguidores a agir por conta própria, de maneira a insuflar a campanha de terrorismo. Émile Henry, um dos anarquistas mais ativos, realizou um ataque a bomba no Café do Hotel Terminus em Paris, fazendo dezenas de vítimas. O fato de ter escolhido como alvo uma café, se deu pelo simbolismo que este lugar tinha para o modo de vida da burguesia parisiense, a qual os anarquistas repudiavam (GUEDES, 2009).

Além dos anarquistas, a partir do início do século XX, movimentos nacionalistas e separatistas também passariam a fazer largo emprego do terrorismo

Em um dos ataques terroristas mais famosos da história, a organização secreta nacionalista Mão Negra, patrocinada pela Sérvia, assassinou o Arquiduque da Áustria Francisco Ferdinando, herdeiro do Império Austro-Húngaro em 28 de junho de 1914 precipitando a Grande Guerra (1914-1918) (VISACRO, 2009).

No contexto das guerras separatistas, o grupo católico Exército Republicano Irlandês (*Irish Republican Army – IRA*), nasceria de uma rebelião contra o poder político da

---

<sup>5</sup> Dados da Livraria do Congresso online dos EUA. *Topics in Chronicling America - Anarchist Incidents, 1886-1920*. Disponível em <<https://www.loc.gov/rr/news/topics/anarchy.html>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

Irlanda em 1916, na cidade de Dublin, clamando pela separação da Irlanda do Reino Unido. A violência da repressão do governo local, de maioria protestante, apoiado por forças britânicas, contra o levante reverteu parcela da opinião pública nacional a favor dos rebeldes, que passaram a ser admirados por grande parte dos irlandeses. O IRA lançou-se na execução de ataques terroristas contra postos policiais e militares britânicos que resultaram na própria divisão da Irlanda em 1922, ficando o norte, de maioria protestante, como parte do Reino Unido e o restante, de maioria católica, como um país independente. O grupo prosseguiu com sua luta durante vários anos, sendo dominado, em um determinado momento de sua existência, por uma liderança de ideologia marxista e se subdividindo em outro, devido a dissidências internas. Renunciou, efetivamente, a luta armada, apenas em 2005 (VISACRO, 2009).

Na segunda metade do século XX, o terrorismo passou a ser empregado no contexto das guerras de descolonização. A luta pela independência da Argélia (1954-1962), ex-colônia francesa, foi marcada pelo sistemático emprego de ataques terroristas pelo movimento guerrilheiro Frente de Libertação Nacional (FLN). O Exército Francês, em reação, iniciou um ciclo de atrocidades e represálias que acabou levando a população argelina a aderir às reivindicações do movimento e apoiar a independência. Apesar da derrota militar sofrida pela FLN, a pressão popular resultante do conflito levou o presidente da França Charles De Gaulle a abrir negociações que resultariam na Independência da Argélia (VISACRO, 2009).

No mesmo período, no contexto da Guerra Fria, movimentos marxistas-leninistas, maoístas e foquistas<sup>6</sup>, apoiados pela ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), China e Cuba, também passaram a empregar o terrorismo como ferramenta de luta política ao redor do mundo (VISACRO, 2009).

Diversas tentativas de organização das técnicas, métodos e filosofias, para consolidar doutrinas de aplicação da estratégia terrorista e orientar grupos que adotavam esta

---

<sup>6</sup> Movimento revolucionário inspirado na Revolução Cubana (1959) (PAZZINATO; SENISE, 2004).

prática como ferramenta de luta foram feitas, nesta época, por autores de esquerda, como os franceses Frantz Fanon e Régis Debray e o brasileiro Carlos Marighella (LAQUEUR, 2002).

Na América Latina, grupos radicais de extrema esquerda e direita, também, adotaram essas práticas.

No Brasil, grupos de extrema esquerda inspiraram-se na luta da FLN, na Argélia, e passaram a usar o terrorismo na forma de guerrilha urbana. Em 1966, o grupo Ação Popular (AP), que possuía conexões com Cuba, detonou uma bomba no aeroporto de Guararapes, na cidade de Recife. A ação, que pretendia atingir o então Ministro do Exército e candidato a sucessão presidencial, General Arthur da Costa e Silva, não atingiu seu alvo, mas vitimou diversos outros cidadãos<sup>7</sup>. Grupos radicais como a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) praticavam, no Brasil, ações criminosas para obter recursos financeiros para sua sustentação, ao mesmo tempo que atacavam símbolos do poder como postos policiais e militares, realizavam sequestros de autoridades e executavam opositores e dissidentes (GASPARI, 2002).

Grupos reacionários de extrema direita, por sua vez, atacavam grupos comunistas, seus apoiadores e, por vezes, também, lideranças políticas brasileiras. Em 1981, um atentado a bomba mal sucedido em um evento realizado no Rio de Janeiro<sup>8</sup>, foi planejado por setores de extrema direita que, segundo alguns veículos de imprensa e estudos sobre o assunto, eram contrários ao processo de abertura política que acontecia no país (KUSHNIR, 2009).

Governos e grupos de esquerda recebiam, normalmente, apoio político e financeiro de Estados socialistas e comunistas, como a Ex-URSS, China e Cuba. Grupos de direita que se opunham a governos comunistas, por sua vez, recebiam apoio dos EUA por

---

<sup>7</sup> 16 cidadãos brasileiros seriam vítimas do ataque, sendo duas fatais (GASPARI, 2002).

<sup>8</sup> O evento reunia milhares de jovens e artistas, muitos dos quais simpatizantes de movimentos de esquerda e comemorava o Dia do Trabalhador, sendo realizado no Riocentro (GASPARI, 2002).

meio de operações secretas de sua Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA). Na América Latina, a CIA prestava, também, apoio aos governos aliados contra a atuação da esquerda, por meio da chamada Operação Condor (GASPARI, 2004).

Com o fim da Guerra Fria, em 1989, e a diminuição ou, na maioria dos casos, o fim do apoio financeiro dos EUA e dos países comunistas, alguns grupos terroristas passaram a recorrer mais intensamente a fontes alternativas de financiamento que lhes permitisse sobreviver de forma autônoma. Dentre as formas de sustentação encontradas, o tráfico internacional de drogas se destacou, por sua elevada rentabilidade. Na Ásia Central, no Sudeste Asiático e na América Latina, guerrilhas e grupos terroristas passaram a controlar a produção e venda de ópio, heroína e cocaína (VISACRO, 2009).

Na Colômbia, guerrilhas de esquerda e grupos de extrema direita passaram a dominar e disputar a produção e venda da cocaína, associando-se ao crime organizado e empregando práticas terroristas. Dentre os grupos de extrema esquerda, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, Exército Popular (FARC-EP)<sup>9</sup>, surgidas nos anos 1960, se destacaram, chegando a controlar quase 40% do território colombiano nos anos 1990. Alguns grupos de extrema direita, por sua vez, tais como as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) surgiram nesse mesmo contexto, por meio do patrocínio de produtores de cocaína, cuja produção era ameaçada pelas guerrilhas comunistas (VISACRO, 2009).

O lucro por meio do domínio do comércio da cocaína e de outras atividades criminosas como sequestro, extorsão e contrabando de armas passou ser a principal razão de muitos grupos “órfãos” da Guerra Fria, como as FARC-EP colombianas e o grupo *Sendero Luminoso* (Caminho Iluminado) no Peru (AMADOR, 2015). Estes grupos mantinham um discurso ideológico e contestavam o poder político vigente, porém, sua capacidade paramilitar

---

<sup>9</sup> Conhecidas, comumente, na imprensa como FARC, adotaram a nomenclatura FARC-EP (Exército do Povo) em 1982, no intuito de serem vistas como um exército popular de uma revolução socialista (VISACRO, 2009).

fora colocada, principalmente, a serviço de atividades criminosas, valendo-se do domínio do profícuo comércio de narcóticos e do emprego de práticas terroristas, características que fizeram surgir o termo “Narcoterrorismo”, adotado por autores como Alessandro Visacro e Álvaro Pinheiro, para este conjunto de atividades (VISACRO, 2009).

## **2.2 A ameaça terrorista ganha o cenário internacional**

A partir da década de 1960 o terrorismo passou a ser uma ameaça internacional de maior relevância, graças às maiores facilidades de deslocamento proporcionadas pelos modernos meios de transporte, principalmente por aeronaves comerciais, e de comunicações, devido aos avanços nas áreas de telefonia e telecomunicações. Essas facilidades de deslocamento e de comunicações possibilitaram maior alcance geográfica das ações terroristas e uma cerrada colaboração entre organizações radicais sediadas em diferentes países.

No contexto das disputas em torno da criação do Estado de Israel, grupos radicais palestinos saberiam aproveitar estas evoluções e seriam os principais responsáveis por essa forte onda de internacionalização do terrorismo (VISACRO, 2009).

Para entender este movimento, é necessário retornar às disputas entre palestinos e judeus pelos territórios da antiga Palestina, sob mandato britânico desde 1920, conforme os termos do Acordo Sykes-Picot<sup>10</sup>. Os judeus, à época, se encontravam organizados, com uma estrutura de luta armada denominada *Haganah* (que significa “Defesa” em hebraico) e contavam, também, com grupos radicais que realizavam ataques terroristas contra alvos britânicos, como autoridades e instalações militares e policiais. Esporadicamente, os grupos terroristas judeus<sup>11</sup> atacavam, também, comunidades rivais palestinas (VISACRO, 2009).

---

<sup>10</sup> O acordo, assinado em 1916, dividiu as terras dominadas pelo antigo império Turco-Otomano entre franceses e britânicos, sem considerar divisões tribais, étnicas, religiosas ou linguísticas (PAZZINATO; SENISE, 2004).

<sup>11</sup> Os principais grupos terroristas judeus eram o “Organização Nacional de Defesa Militar” (*Irgoun Zvai Leumi* ou *Irgoun*) e o “Combatente pela Liberdade de Israel” (*Lohame Herut Israel* ou *Lehi*) (VISACRO, 2009).

Os palestinos, por sua vez, possuíam pequenos grupos capazes de executar ações irregulares. A partir da independência de Israel, em maio de 1948, esses grupos passaram a realizar incursões neste país, empregando táticas terroristas. No final da década de 1950, quando os métodos terroristas já eram de amplo domínio dos grupos irregulares palestinos, Yasser Arafat, um palestino que havia estudado no Egito criou, no Kuwait, uma organização denominada *Al Fatah*, que significa “A Conquista” em árabe. O ataques da *Al Fatah* contra Israel, por meio de seu braço armado conhecido como *Al Asifah*<sup>12</sup> proporcionaram protagonismo a organização, fazendo com que crescesse em importância e absorvesse outras organizações surgidas posteriormente, como por exemplo, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), criada em 1964, e presidida por Arafat a partir de 1969 (VISACRO, 2009).

A partir de 1967, surge a organização Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), fundada por Georges Habache, um cristão-árabe nacionalista. Esse grupo, de orientação marxista-leninista, se uniria a OLP em 1968 e seria responsável por inovar no modo de atuação, sequestrando aeronaves civis de companhias que realizavam voos internacionais. Dentre estes sequestros, destaca-se, em setembro de 1970, o de três aeronaves que decolaram da Europa com destino a Nova Iorque, nos EUA, e de mais uma do Bahrein, com destino a Londres. Os ataques atingiriam as companhias Swissair, de origem suíça, TWA e Pan Am, norte americanas e a BOAC, britânica. Os reféns seriam trocados por terroristas da organização que se encontravam presos e as aeronaves seriam, posteriormente, explodidas no solo, no Egito e na Jordânia, para onde tinham sido levadas (VISACRO, 2009).

Motivados pelas ações bem-sucedidas da FPLP, os grupos palestinos radicais se multiplicariam a partir de 1970, surgindo a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), de tendência maoísta, a Frente Popular para a Libertação da Palestina – Comando Geral (FPLP-CG) e a Frente de Libertação Árabe (FLA). Esses grupos aumentariam a

---

<sup>12</sup> *Al Asifah* significa A Tempestade em árabe (VISACRO, 2009)

frequência das atividades terroristas, atacando linhas aéreas internacionais que transportavam cidadãos israelenses e atingindo, indiretamente, nacionais de diversos outros países. Esses grupos passariam, também, a cooperar com organizações terroristas baseadas em outros países e obteriam o apoio direto de Estados como a Líbia e o Iêmen (VISACRO, 2009).

O ataque a cidadãos de países não envolvidos diretamente na disputa pela Palestina, a cooperação entre organizações radicais baseadas em diversas partes do mundo, a participação de terroristas de diversas nacionalidades em uma mesma ação e o apoio velado de Estados a atividades terroristas foram importantes inovações que caracterizaram a internacionalização do terrorismo (VISACRO, 2009).

Outra inovação trazida pelos grupos palestinos foi a criação de grupos provisórios para campanhas específicas. O grupo Setembro Negro, por exemplo, que possuía conexões com a Al Fatah e a OLP, foi criado para realizar o famoso ataque aos atletas da delegação israelense durante as Olimpíadas de Munique, na Alemanha, em 1972. Neste ataque, que terminou tragicamente com 11 atletas israelenses, cinco terroristas e um policial mortos, o Setembro Negro teria cooperado com terroristas alemães do grupo *Rote Armee Fraction* (Fração do Exército Vermelho), conhecido também por Baader-Meinhof<sup>13</sup> (VISACRO, 2009).

Em outro exemplo marcante de cooperação internacional entre terroristas, em 1975, a sede da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em Viena seria atacada e seus 11 ministros sequestrados por um grupo liderado pelo venezuelano conhecido como Carlos, o “Chacal”. O grupo era composto por alemães, ligados ao grupo Baader-Meinhof e árabes, ligados a Wadi Hadad, ex-membro da FPLP e tinha, ainda, conexões com a organização terrorista *Nihon Sekigun* (Exército Vermelho Japonês) (VISACRO, 2009).

---

<sup>13</sup> Nome de seus criadores (VISACRO, 2009)

### **2.3 O retorno do terrorismo religioso ao cenário mundial e as organizações terroristas transnacionais**

A partir do final da década de 1970, grupos terroristas fundamentalistas xiitas e sunitas passaram a se destacar no Oriente Médio.

A instalação de um Estado Teocrático Islâmico no Irã, em 1979<sup>17</sup> serviria de inspiração para grupos islâmicos xiitas. O fundamentalismo religioso, enquanto movimento social e político, passava a representar, em contrapartida ao Estado Secular, uma alternativa real para muitos muçulmanos.

No Líbano, que se encontrava em meio a uma Guerra Civil que durou de 1975 a 1990, um grupo denominado Hezbollah (*Hizb Allah*, ou Partido de Deus), originado em uma milícia xiita que combatia forças israelenses invasoras, diferenciava-se de outras organizações palestinas por seu viés fundamentalista, contraposto ao secularismo ou, mesmo ao ideal comunista de outros grupos. O Hezbollah estabeleceria, entre seus objetivos, a destruição do Estado de Israel e a criação de uma teocracia islâmica, aos moldes do Irã (VISACRO, 2009).

Essa organização passou a incentivar o sacrifício de seus integrantes em operações de martírio<sup>18</sup>, resgatando a milenar valorização do mártir, enquanto herói de um povo oprimido. A cultura do martírio passa a dominar fortemente a população palestina refugiada que vivia no sul do Líbano, sendo usada pelo Hezbollah em seus ataques. Em 1983, um ataque suicida com carros bomba, supostamente de autoria do Hezbollah atingiu o quartelamento das Forças de Paz da ONU estacionadas no Líbano, matando 299 militares e civis, em sua maioria dos EUA e da França (BRITANNICA, 2008).

---

<sup>17</sup> O sistema monárquico autocrático existente no Irã até 1979 foi substituído por uma República Islâmica Teocrática durante uma revolução neste país (PAZZINATO; SENISE, 2004).

<sup>18</sup> Martírio é a morte ou sacrifício de alguém por dedicação extrema a uma causa ou ideal. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/martyr>>. Acesso em 31 Mai 2018.

O grupo, que estabeleceu vínculos com outras organizações terroristas, seria responsável por dois atentados em Buenos Aires, na Argentina: contra a embaixada de Israel, em 1992, deixando 29 mortos e contra a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em 1994, matando outras 85 pessoas (TEIXEIRA; COUTINHO, 2013).

Com o fim da guerra civil no Líbano o Hezbollah, com o apoio do Irã, se consolidaria como um importante partido político libanês, representando a população xiita e mantendo um braço armado independente do Exército Libanês, especializado em Guerra Irregular. Em 2006, enfrentaria, novamente, o Estado de Israel, que lançara nova ofensiva no Sul do Líbano em retaliação a uma incursão de militantes em seu território. O Hezbollah mostraria, na ocasião, capacidade militar renovada, fazendo vasto emprego de foguetes contra Israel e resistindo a ofensiva das forças invasoras (VISACRO, 2006). Atualmente, atua no conflito da Síria, onde apoia as forças do presidente Bashar Al Assad (CHACRA, 2013)

O milenar culto ao martírio, retomado nos ataques suicidas do Hezbollah, passou a ser bastante valorizado, também, por outros grupos fundamentalistas islâmicos. Os grupos sunitas *Harakat Muqawama Islamiyya* (Movimento da Resistência Islâmica) ou simplesmente Hamas e *Al-Jihad Al-Islami Fi Filastin* (*Jihad*<sup>19</sup> Islâmica Palestina) são alguns exemplos de grupos fundamentalistas palestinos que adotaram a cultura do martírio em suas ações (VISACRO, 2009).

No Afeganistão, durante a ocupação do país por tropas da ex-URSS (1979-1989), milícias afegãs formadas por tribos muçulmanas sunitas, conhecidos por *mujahidins*<sup>20</sup> resistiam ao invasor soviético (recebendo apoio velado dos EUA) e inspiravam comunidades islâmicas sunitas em diversos países. A luta das tribos afegãs simbolizou, para muitos

---

<sup>19</sup> *Jihad* em árabe significa luta contra os inimigos do Islã podendo, também, ser interpretada como guerra santa. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/>>. Acesso em 01 Jun 2018.

<sup>20</sup> *Mujahidin* significa guerrilheiro, lutando em país muçulmanos contra oponentes não-muçulmanos. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/>>. Acesso em 01 Jun 2018.

seguidores do islamismo, a mesma resistência dos muçulmanos contra o invasor infiel à época das Cruzadas (Séc. XI ao XIII) e atraiu um grande número de muçulmanos que queriam se engajar em uma guerra santa islâmica (*Jihad*) (WEISS; HASSAN, 2015).

Com a perda da força dos movimentos marxista-leninistas, devido ao fim da Guerra Fria e a derrocada da ex-URSS, o pensamento fundamentalista islâmico se fortalece e atrai, cada vez mais, jovens muçulmanos seduzidos pelos ideais políticos-religiosos da teocracia islâmica.

Muitos destes grupos se fortaleceriam pelo apoio da Irmandade Muçulmana, uma organização fundamentalista sunita criada em 1928 no Egito como reação a fragmentação do mundo árabe causada pelos movimentos nacionalistas surgidos após a extinção do Império Otomano. Essa organização, que defende a adoção da *Sharia*<sup>21</sup> como base político-religiosa promove, por meio do ensino religioso, o estabelecimento de um estado islâmico unificado, o ódio à cultura ocidental e o fim da influência do ocidente nos governos de países muçulmanos. A Irmandade Muçulmana influenciou fortemente o pensamento radical muçulmano que daria origem aos principais grupos terroristas sunitas da atualidade (HUSAIN, 2007).

Osama Bin Laden, um saudita de uma próspera família ganha fama ao combater os soviéticos no Afeganistão e cria, com a experiência obtida no conflito, a organização denominada Al Qaeda<sup>22</sup>. Este grupo terrorista pretendia ser o protagonista da construção de uma sociedade islâmica ideal, criando um novo califado<sup>23</sup> (NÓBREGA, 2013). A Al Qaeda se associa ao movimento fundamentalista islâmico Taliban e passa a controlar a maior parte do território afegão, a partir de 1996 (WEISS; HASSAN, 2015).

---

<sup>21</sup> *Sharia* é a lei fundamentada na religião muçulmana, de acordo com os escritos do livro Alcorão. Disponível em <<https://en.oxforddictionaries.com/>>. Acesso em 01 Jun 2018.

<sup>22</sup> Al Qaeda significa “A Base” em árabe (Nóbrega, 2013).

<sup>23</sup> Califado era o estado político-religioso estabelecido após a morte do profeta Maomé, que durou do século VII ao século XIII e que compreendia as terras e povos sob domínio do islã. Disponível em <<https://www.britannica.com/place/Caliphate>>. Acesso em 13 Jul 2018.

No final do século XX, após o conflito que ficaria conhecido como “1ª Guerra do Golfo” (1990-1991), a Al Qaeda utiliza como pretexto para uma série de ataques contra os EUA, a presença, nas terras da Arábia Saudita, de tropas norte-americanas e de países ocidentais, participantes de uma coalizão militar que se preparava para atacar forças iraquianas no Kuwait. Para a Al Qaeda, a presença de tropas ocidentais na Península Árabe representava uma ocupação das terras sagradas do islã por infiéis, justificando atos de guerra contra os Estados invasores e a convocação de muçulmanos para uma *Jihad* (NÓBREGA). Assim, a Al Qaeda seria responsável pelos ataques de 1998 contra as embaixadas dos EUA em Nairóbi, no Quênia, e em Dar es Salaam, na Tanzânia, matando 224 pessoas, em 2000 contra o navio da Marinha norte-americana USS Cole, matando outras 17 e, em 11 de setembro de 2001, contra diversos alvos nos EUA, por meio do sequestro de aeronaves comerciais, lançadas posteriormente contra os edifícios do complexo World Trade Center, em Nova Iorque, a sede do Quartel General do Departamento de Defesa norte americano, na Virgínia e contra o solo, em uma região rural do Estado da Pensilvânia (VISACRO,2009).

Os ataques de 11 de setembro de 2001 tiveram, como consequência, o envolvimento dos EUA no que o presidente norte-americano George W. Bush denominou Guerra Global contra o Terrorismo, colocada como prioridade na agenda de segurança Estadunidense e levando o país e diversos aliados a um conflito no Afeganistão, a partir do mesmo ano, e no Iraque, a partir de 2003 (NÓBREGA, 2013).

A Al Qaeda, ainda seria responsável por atentados em Madrid, na Espanha, matando 151 pessoas em 2004 e em Londres, em 2005, onde faria outras 52 vítimas fatais<sup>25</sup>. Seu líder, Bin Laden, seria morto em 2011, por militares norte-americanos em uma ação no Paquistão<sup>26</sup>. Entretanto, a Al Qaeda, já havia, nesse momento, influenciado diversos outros

---

<sup>25</sup> Dados dos atentados disponíveis em <<https://www.dw.com/pt-br/cronologia-do-terrorismo-ap%C3%B3s-o-11-de-setembro/a-38093309>>. Acesso em 10 Jul 2018.

<sup>26</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/obama-confirma-morte-de-osama-bin>>

grupos fundamentalistas radicais, que juravam lealdade a organização e tomavam-lhe emprestada a “marca Al Qaeda”, recebendo conhecimentos, apoio financeiro e de recursos humanos. A organização estabelecia, assim, um sistema similar ao das franquias das grandes empresas internacionais, atuando no mundo inteiro sem a necessidade de basear-se em um único país e multiplicando seu prestígio entre muçulmanos radicais. Dessa forma, tornava-se a primeira organização terrorista transnacional da história, consolidando-se como líder ou, como seu próprio nome sugeria, “A Base” do movimento fundamentalista islâmico sunita.

A invasão do Iraque em 2003 teve, por motivação, a posse de armas de destruição em massa (armas químicas) pelo governo iraquiano (não comprovada posteriormente) e o apoio desse governo a organizações terroristas. Como consequência do conflito, uma guerra civil se instalou no país após a queda de seu líder, Saddam Hussein. O grupo sunita conhecido como Al Qaeda no Iraque (AQI), franquia da Al Qaeda naquele país, resistia às tropas dos EUA e do novo governo iraquiano, de domínio xiita, se destacando no conflito e passando a atrair sunitas de diferentes partes do mundo que desejavam se juntar à nova *Jihad* no Iraque. Em 2014, a AQI dominava vastas regiões neste país e, também na Síria, que se encontrava em meio a uma guerra civil. Em julho desse mesmo ano, seu líder, Ibrahim Awad Ali Al-Badri Al Samarrai, conhecido como Abu Bakr Al-Baghdadi, alegando ser descendente de Maomé, se autoproclamou o novo califa do mundo islâmico, indo de encontro ao desejo de muitos radicais e passou a tratar os territórios controlados pela AQI como o novo Estado Islâmico, nome pelo qual o grupo passaria a ser conhecido (WEISS; HASSAN, 2015).

O Estado Islâmico (EI) chegou a dominar um território onde viviam cerca de 10 milhões de pessoas, controlando a economia, a educação e os serviços públicos<sup>27</sup>. Os lucros com taxações e atividades criminosas, tais como extorsão, sequestro e contrabando permitiram

---

laden.html>. Acesso em 10 Jul 2018.

<sup>27</sup> Dados de julho de 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/estado-islamico-ja-perdeu-mais-da-metade-de-seu-territorio-na-siria-e-no-iraque.ghtml>>. Acesso em 30 Mai 2018.

ao EI capitalizar-se e sustentar suas operações militares (WEISS; HASSAN, 2015).

A organização fez intenso uso da *internet* para divulgar sua propaganda. Por meio de revistas digitais, redes sociais e sítios instalados na chamada *deep web*<sup>28</sup>, disseminou ameaças e divulgou seus ataques, demonstrando poder e recrutando muçulmanos em diversas partes do mundo, os quais incentivava a se juntar a sua *Jihad* no Oriente Médio, ou a executar seus próprios atos de terror nos países onde residiam (MCFATE, 2014)..

Apesar do Estado proclamado por Baghdadi, em 2014, jamais ter sido reconhecido internacionalmente e da significativa redução dos territórios sob controle do EI desde 2015, o feito demonstrou a força presente na ideia do Estado Teocrático Islâmico em parcela dos seguidores do islamismo. Segundo Buzanelli (2010, p. 34),

O objetivo teleológico é o de mobilizar o Islã visando, no futuro, inaugurar um novo califado, aos moldes salafistas. As-Salaf significa, em Árabe, “os pioneiros, os que iniciaram”. [...] Entendem os salafistas que, então, o Islã era forte e estava se ampliando, porque era o Islã autêntico, não contaminado pelos erros ocidentais e que seguia os valores transmitidos pelo Profeta. Aquele era o Islã que conquistou a Turquia, a Pérsia e o Levante, ocupou o Maghreb e, a partir desse, atravessou o Estreito, [...] invadindo a península Ibérica, conquistou o que veio a se tornar Al-Andaluz e tomou toda a Espanha dos visigodos. Assim, era o Islã em toda a sua expansão, o que ganhou o mundo no século VII. E é isso que o novo califado significa e que os salafistas querem reinaugurar.”

As orientações do EI, somadas a influência de clérigos muçulmanos radicais geraram, em diversos países ao redor do mundo, tais como EUA, França, Turquia e Bélgica, células terroristas e indivíduos que juraram, no ambiente virtual da *internet*, lealdade do EI. Estes últimos, alcunhados pela imprensa internacional como “Lobos Solitários”, se valiam de conhecimentos obtidos em sítios da rede mundial de computadores e de autonomia e anonimato para planejar e executar seus ataques, posteriormente atribuídos ao EI. Os ataques, inicialmente planejados com bastante detalhes, empregando explosivos e armas portáteis, passaram a ser simples e fáceis de executar. O EI reivindicou diversos ataques destas células

---

<sup>28</sup> Sítios da *internet* que necessitam de programas específicos para serem acesso. Disponível em <<http://g1.globo.com/tecnologia/blog/seguranca-digital/post/deep-web-o-que-e-e-como-funciona-g1-explica.html>>. Acesso em 30 Mai 2018.

terroristas e de “Lobos Solitários”, dentre os quais, este estudo destaca: Em 2015, na edição do Semanário *Charlies Ebdo* em Paris, em janeiro, matando 12 pessoas, e em vários pontos da mesma cidade, em novembro, matando outras 130 e em 2016, em Bruxelas, na Bélgica, matando 31 pessoas<sup>29</sup>, na boate Pulse, em Orlando<sup>30</sup>, EUA, matando outras 50; no aeroporto de Istambul, na Turquia, matando mais 36<sup>31</sup> e no Balneário de Nice, novamente na França, fazendo outras 84 vítimas fatais (MELLO, 2018).

A única intenção dos ataques era causar baixas e atrair a atenção da mídia. A capilaridade dos seguidores do EI e a simplicidade das ações tornaram bastante árdua e de baixa probabilidade de sucesso a tarefa de prevenir os atentados.

Assim como a Al Qaeda, o EI também gerou suas franquias (SCHMITT; KIRKPATRICK, 2015), e a atuação das duas principais organizações fundamentalistas islâmicas influenciaram diversos outros grupos, dentre os quais o Boko Haram na Nigéria, o Al Shabaab na Somália e os Abu Sayyaf, Jemaah Islamiyah e Frente Moro de Liberação Islâmica, nas Filipinas<sup>32</sup>.

Os grupos fundamentalistas islâmicos também passaram, segundo apontam alguns estudos, a obter lucros do tráfico internacional de drogas. Um relatório preparado pela Divisão Federal de Pesquisa da Livraria do Congresso dos EUA indica que os grupos Hamas, Hezbollah e, também a Al Qaeda receberiam proventos de atividades envolvendo tráfico de cocaína, heroína e ópio, entre outras. A região da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina é citada neste relatório, pelo comércio da cocaína, apontando, ainda, conexões desses grupos com as FARC-EP na Colômbia (BERRY, *et al*, 2002).

---

<sup>29</sup> Dados sobre Europa disponíveis em <<https://www.dn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-desde-2004-8534384.html>>. Acesso em 18 Jun 2018.

<sup>30</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/policia-diz-que-ataque-em-boate-nos-eua-deixou-50-mortos.html>>. Acesso em 02 Jun 2018.

<sup>31</sup> Artigo sobre ataque a Istambul disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/explosoes-sao-registradas-no-aeroporto-de-istambul.html>>. Acesso em 02 Jun 2018.

<sup>32</sup> Disponível em <[https://www.counterextremism.com/global\\_extremist\\_groups](https://www.counterextremism.com/global_extremist_groups)>. Acesso em 30 Mai 2018.

## **2.4 Ameaça permanente, práticas recorrentes e tendências atuais**

Como visto neste capítulo, o terrorismo é uma ferramenta de luta que explora o medo do ser humano de ser atingido por uma punição contra a sociedade, influenciando assim uma população, que passa a pressionar suas lideranças políticas em uma direção desejada.

A revisão histórica feita neste capítulo serve para demonstrar que este fenômeno, que possui grande proeminência na atualidade, não é novo, sendo registrado com recorrência, desde a antiguidade, em diferentes conflitos, possuindo um caráter atemporal.

Apesar de ter sido intensamente associado a organizações fundamentalistas islâmicas no século XXI, o terrorismo, também, não é exclusividade de um único segmento religioso. Enquanto o movimento anarquista, a partir do século XIX era seguido por ateus, os grupos Irgun e Lehi, no século XX, eram organizações judias, o IRA foi fundado por católicos, o Hezbollah por muçulmanos xiitas e o EI é seguido por muçulmanos sunitas.

O fato de o terrorismo ter servido a contendas de diferentes ideologias, movimentos políticos e religiosos ao longo da história demonstram, também, que constitui um fenômeno social, inerente aos conflitos humanos. A eficiência do emprego do terrorismo no alcance dos propósitos aos quais serviu, demonstram sua utilidade, principalmente, quando existe grande assimetria de poderes entre as partes em conflito, motivo pelo qual grupos radicais surgidos em diversos momentos da história recorreram a esta atividade tão repudiada pela humanidade.

As práticas e formas de sustentação dos grupos do passado foram repetidas por novas organizações surgidas em diferentes épocas, adaptando-as aos novos tempos, tecnologias e realidades.

O culto ao martírio praticado pelos Assassinos Ismaelitas repetiu-se entre os

terroristas que realizaram ataques em nome do Hezbollah e entre os responsáveis pelos atentados suicidas da Al Qaeda e do EI. Da mesma forma que os anarquistas praticavam a “Propaganda pelos Atos”, a Al Qaeda e o EI se promoveram por meio de demonstrações violentas sem nenhuma exigência prévia, com o objetivo único de atrair a atenção ao sofrimento causado, exibido posteriormente pela imprensa oficial ou por mídias sociais, demonstrando, assim poder. Os “Lobos Solitários” que juraram lealdade ao EI e a Al Qaeda, obtendo conhecimentos e orientações por meio da internet, planejaram e executaram seus atos com bastante autonomia, repetindo a prática de anarquistas como Émile Henry que já explodia cafés em Paris no final do século XIX. Os ataques da Al Qaeda de 11 de setembro de 2001 basearam-se no sequestro de aeronaves comerciais, ação já praticada, anteriormente, pela FPLP nos anos 1970. Parte do financiamento do EI advinha de crimes como sequestro, extorsão e roubos, tal como feito por grupos de esquerda na América Latina nos anos 1960, como a VAR-Palmares e a ALN, no Brasil. A Al Qaeda, o Hezbollah e o Hamas, conforme sugerem os estudos referenciados anteriormente, obtém financiamento de atividades ilícitas, tais como o tráfico internacional de drogas e o descaminho, prática já adotada anteriormente por grupos marxistas e de extrema direita, principalmente a partir do fim da Guerra Fria.

Porém, além de repetirem mecanismos e práticas anteriores, muitos grupos radicais, a partir da década de 1970, apresentaram importantes inovações baseadas em avanços tecnológicos e nas realidades socioculturais de suas épocas.

Nesse contexto, grupos terroristas palestinos como a FPLP, alavancaram o terrorismo internacional, atacando alvos em diversas partes do mundo e associando-se a organizações baseadas em diversos países. O Hezbollah reintroduziu a cultura do martírio nas ações terroristas, tornando os atentados mais letais e difíceis de se prevenir, empregando carros bomba e agentes suicidas. A Al Qaeda implementou um sistema similar ao das franquias de grandes empresas, adotando uma estrutura transnacional que lhe permitiu multiplicar o

poder e o alcance de suas ações, atacando os Estados mais poderosos do século XXI em seus próprios territórios. O EI, por meio de comunicação social baseada nos recursos da *internet*, recrutou “jihadistas” e potenciais terroristas em diversas partes do mundo, incentivando-os a se juntar aos conflitos do Iraque e da Síria, ou mesmo a realizar ataques de forma autônoma nos territórios dos Estados onde residiam.

Na América Latina, a evolução da atividade de guerrilha comunista para o Narcoterrorismo permitiu que grupos como as FARC-EP e o Sendero Luminoso, surgidos no contexto da Guerra Fria, sobrevivessem a derrocada internacional do comunismo ao final dos anos 1980 e chegassem ao século XXI, dominando o comércio internacional de drogas na região e associando-se a outros grupos terroristas internacionais, organizações criminosas e, até mesmo, movimentos políticos e sociais.

O relatório da Divisão Federal de Pesquisa da Livraria do Congresso dos EUA, já mencionado anteriormente, indica que as conexões das FARC-EP com o crime organizado no Brasil são anteriores a 2001, quando o maior traficante brasileiro do início deste século, Luiz Fernando da Costa, conhecido como Fernandinho Beira-Mar, foi preso pelo Exército Colombiano em território daquele país (BERRY, *et al*, 2002).

Álvaro Pinheiro (2005) menciona treinamentos fornecidos pelas FARC-EP, em território paraguaio, a brasileiros ligados às organizações criminosas<sup>33</sup> Primeiro Comando da Capital (PCC), sediada em São Paulo e Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro, que dominam grande parcela do tráfico de drogas no país e, também, a membros da organização social Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>34</sup>. Nesses treinamentos, os brasileiros teriam tido contato com técnicas e táticas terroristas.

---

<sup>33</sup> Pinheiro faz referência a evidências apontadas pelo Juiz Federal Odilon de Oliveira, em 2005, publicada no jornal O Estado de São Paulo (TOMAZELA, 2005).

<sup>34</sup> Com relação à conexão das FARC-EP com o MST, Pinheiro faz referência a artigo publicado em 2005, publicada no jornal Correio Braziliense (PRATES, 2005).

Em 2006, o PCC e o CV foram responsáveis por uma série de ataques contra postos policiais e agentes de segurança, sistemas de transporte urbano e estabelecimentos comerciais nas duas maiores cidades brasileiras. Utilizando bombas caseiras, artefatos incendiários, granadas de mão e armas portáteis, criminosos ligados aos grupos teriam paralisado São Paulo, em maio, e o Rio de Janeiro, em dezembro. As ações do PCC causaram mais de 80 mortes na primeira cidade e as do CV, outras 11 na segunda (VISACRO, 2009).

Pinheiro (*Ibidem*) menciona ainda que as FARC-EP mantiveram conexões com os grupos IRA, na Irlanda, Pátria Basca e Liberdade (*Euskadi Ta Akastakuna* – ETA), que atua na Espanha, com o Cartel de Tijuana, no México e a Máfia Russa que atua nos EUA.

O relatório da Divisão Federal de Pesquisa da Livraria do Congresso dos EUA faz, ainda, alusão à conexão FARC EP, Hezbollah, Al Qaeda (BERRY, *et al*, 2002).

A associação de atividades criminosas com o terrorismo internacional e o crescimento dos grupos fundamentalistas islâmicos contribuíram para um aumento exponencial das atividades terroristas nos últimos anos, preocupando bastante a sociedade internacional, principalmente quando se considera o uso de armas de destruição em massa (química, biológica, radiológica ou nuclear) durante ataques terroristas. Estudos realizados pelo Instituto Consórcio Nacional para o Estudo do Terrorismo e Respostas ao Terrorismo (*National Consortium for The Study of Terrorism and Responses to Terrorism* – START)<sup>35</sup>, da Universidade de Maryland, nos EUA evidenciam a elevação do alcance e do número de ataques ao redor do mundo. Registros de 1970 a 2015 indicam que ataques terroristas ocorreram em quase todas as regiões do mundo em um período de 45 anos (FIG. 1, Anexo A “Ataques Terroristas no Mundo de 1970 a 2015: Concentração e Intensidade”).

Comparando os dados computados em 2015, quando ocorreram 14.852 eventos, com os do início deste século, quando 1.882 eventos foram registrados em 2001, notamos um

---

<sup>35</sup> Tradução própria.

crescimento de quase 700 por cento no número de eventos terroristas ocorridos no mundo, em 15 anos (ver tabela 1, Apêndice A “Crescimento da quantidade de ataques terroristas a partir de 2001”). O levantamento indica, também, que a ocorrência vem aumentando bastante, principalmente a partir de 2010, mostrando uma tendência ao maior emprego dessa ferramenta por parte de grupos radicais (GRAF. 1: Quantidade de Atentados Terroristas de 1970 a 2015).

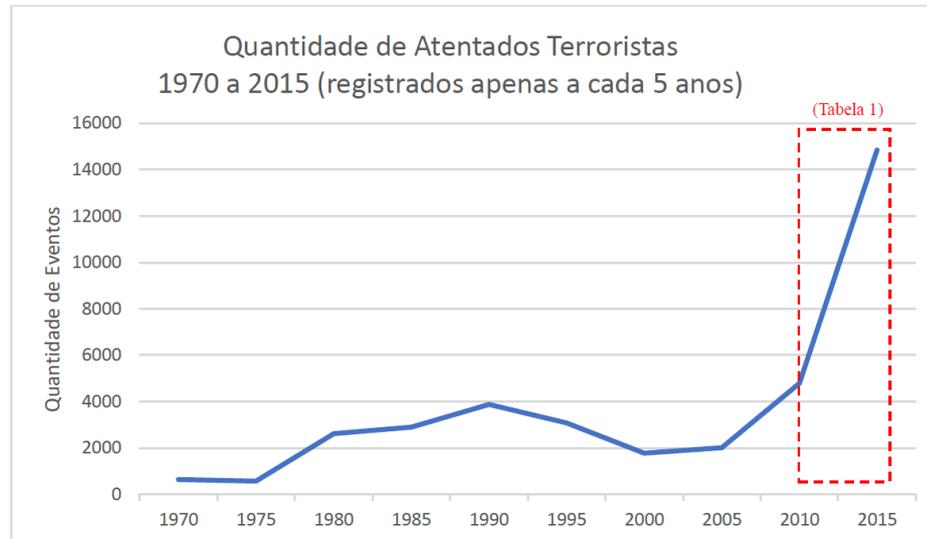


GRÁFICO. 1: Quantidade de Atentados Terroristas de 1970 a 2015

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do *START*.<sup>37</sup>

Segundo Rapoport (2002), a 4ª onda do terrorismo, ainda em andamento, é a principal responsável por esse aumento do número de ataques, sendo os grupos islâmicos, os protagonistas.

Entretanto, nos últimos dois anos, os dois principais grupos fundamentalistas da atualidade (Al Qaeda e EI) têm sofrido reveses em embates nos campos financeiro e militar. No campo financeiro, por firme atuação de países membros da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>38</sup>, que tem bloqueado transações ilícitas e

<sup>37</sup> Disponível em <<https://www.start.umd.edu/gtd/>>. Acesso em 15 Ago 2018.

<sup>38</sup> Disponível em <<https://www.oecd.org/investment/Terrorism-Corruption-Criminal-Exploitation-Natural-Resources-2017.pdf>>. Acesso em 16 Jul 2018.

financiamentos aos grupos. No campo militar, devido a derrotas contra forças do Exército Iraquiano e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Oriente Médio e na Ásia Central, onde perdem territórios e possibilidades de uso de *Safe Havens*<sup>39</sup>. Nesse sentido, a manutenção, por essas organizações, do protagonismo entre os islamistas radicais pode levá-las a buscar regiões do planeta menos protegidas e preparadas para enfrentar o terrorismo, que lhes permitam prosseguir com seus ataques e outras formas de demonstrar poder.

Corroborando com este pensamento, o documento Cenários de Defesa 2020-2030 (BRASIL, 2017, p. 19), elaborado pelo Ministério da Defesa brasileiro, ao analisar prospectivamente o plano internacional, menciona que “A OTAN continuará a atuar de forma determinada e decisiva contra grupos terroristas e países que possam apoiá-los [...] o que poderia deslocar redes terroristas para territórios por estas ainda não explorados”.

A análise prospectiva do terrorismo tem sido feita por estudiosos do assunto, na tentativa de identificar suas tendências.

Visacro (2009, p. 293), aponta como principais tendências do terrorismo no século XXI: a ocorrência cada vez mais frequente e diversificada deste fenômeno; a intensificação das conexões internacionais; a adoção de estruturas em redes; o fortalecimento de vínculos com o crime organizado, principalmente o ligado ao tráfico de armas, drogas e, a lavagem de dinheiro; uma maior disseminação de técnicas, anteriormente de conhecimento restrito de poucos grupos, utilizadas em ataques; a inovação nas práticas do terror, abordando novas áreas como a cibernética e, por fim; o acesso a armas de destruição em massa.

Márcio P. Buzanelli (informação pessoal<sup>40</sup>), por sua vez, também lista tendências do terrorismo atual, afirmando que

... a primeira é a continuidade do terrorismo como ameaça mundial crescente não se

---

<sup>39</sup> De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, *safe havens* são locais utilizados por grupos terroristas, com o consentimento do governo responsável pelo território empregado, ou onde um Estado não consegue exercer sua soberania. Disponível em <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2016/>>. Acesso em 04 Jul 2018.

<sup>40</sup> Ver Apêndice B “Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli”.

vislumbrando, no horizonte próximo, sua redução. Outra tendência é a manutenção da liberdade de ação política e da iniciativa estratégica, tática e operacional das organizações terroristas, escolhendo seus alvos, independentemente de onde se localizem, bem como o momento do ataque. Ataques já foram realizados em Buenos Aires, Nova Iorque, Paris, Bali, Madri e Londres, demonstrando que não há teatro de operações secundário. O alcance geográfico é global e, pelo menos em tese, inclui o Brasil.

Buzanelli prossegue, afirmando que a estratégia de ação indireta, atacando fora das regiões em litígio, em terceiros países e em ocasiões de oportunidade midiática apresenta um excelente custo benefício para os grupos terroristas, em função da surpresa obtida. A publicidade dos ataques é satisfeita imediatamente pela mídia tradicional e multiplicada pelos recursos da internet, tais como redes sociais, sites e ferramentas sofisticadas de edição e publicação de vídeos. Nesse sentido, por sua simplicidade e eficiência, as ações dos “Lobos Solitários”, voluntários “jihadistas”, residentes em países alvos, continuarão a prevalecer como ameaçada de nível elevado (*Ibidem*).

Dessa forma, a análise do caráter repetitivo e evolutivo das práticas terroristas ao longo da história, o prosseguimento da 4ª Onda do terrorismo moderno, indicado por Rapoport, os elos cada vez mais estreitos entre grupos narcoterroristas, fundamentalistas muçulmanos e o crime organizado e a evolução dos conflitos envolvendo o EI e a Al Qaeda permitem apontar como tendências do terrorismo: o protagonismo cada vez maior dos grupos fundamentalistas islâmicos, com o aumento do número de ataques internacionais; o estreitamento de laços e a realização de associações entre grupos terroristas com interesses comuns, construindo-se redes e sistemas de franquias; a associação de organizações terroristas internacionais com o crime organizado para obtenção de apoio logístico e para financiamento por meio de atividades como contrabando, extorsão, sequestro e roubo; o crescente uso do terrorismo por organizações criminosas ligadas ao narcotráfico; o apoio velado de instituições político-religiosas e de governos de Estados com interesses geopolíticos específicos; e o recrutamento e radicalização de seguidores por meio da internet em diferentes países da comunidade internacional (emprego de “Lobos Solitários”).

### **3 OS GRANDES EVENTOS INTERNACIONAIS REALIZADOS NO BRASIL E O DESAFIO DE ENFRENTAMENTO AO TERRORISMO**

O Brasil, aclamado entre seus habitantes como um país de tradição pacífica e tolerância religiosa viveu, recentemente, um longo período de realização de grandes eventos internacionais no seu território, que se iniciou com os Jogos Panamericanos de 2007, prosseguiu com a realização dos Jogos Mundiais Militares em 2011, a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável “Rio + 20” em 2012 , a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e encerrou-se com os Jogos Olímpicos Rio 2016 (VISACRO, 2018).

No planejamento para esses eventos, visualizou-se que, devido à forte exposição midiática e ao recebimento de grande quantidade de autoridades, delegações de atletas, órgãos de imprensa e turistas estrangeiros, o país poderia ser utilizado como “palco” para um ataque terrorista internacional, como já abordado na introdução deste trabalho (MELLO, 2018).

Para isso, o Brasil preparou-se para enfrentar o terrorismo internacional, organizando-se institucionalmente de maneira a integrar e coordenar meios de diversas áreas governamentais com capacidade de contribuir com esse enfrentamento. Ao longo de cerca de 10 anos, estruturas de enfrentamento ao terrorismo foram criadas e adaptadas, evoluindo a cada evento e adquirindo, gradualmente, importantes aprendizados. O ápice do preparo foi atingindo durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, quando a percepção de que o Brasil poderia ser alvo de um ataque terrorista internacional também atingia seu nível mais elevado . Se for levado em conta que não houve um só evento terrorista de relevância em todo o período, o enfrentamento ao terrorismo durante os grandes eventos internacionais conduzidos no país pode ser considerado uma história de sucesso (MELLO, 2018).

Nessa evolução, o Brasil adquiriu importantes conhecimentos e capacidades para

enfrentamento ao terrorismo que se tornariam um legado do período.

Entretanto, apesar dos avanços, também houve retrocessos. Muitas das organizações interagências criadas, dos procedimentos desenvolvidos e da experiência adquirida pelo pessoal empregado não se tornaram um ganho permanente para o país devido a decisões políticas tomadas em momentos específicos e em função da baixa prioridade dada ao tema após o período, resultando em uma perda de oportunidade de se internalizar, no Brasil, uma capacidade integrada permanente de enfrentamento ao terrorismo.

Para que se possa compreender esse período serão vistos, neste capítulo, como o Brasil se preparou para enfrentar a ameaça nos grandes eventos, a evolução da capacidade de enfrentamento ao terrorismo, com foco nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e, por fim, a desmobilização das estruturas de segurança empregadas, analisando os legados deixados e as oportunidades perdidas.

Com isso, pretende-se ressaltar a complexidade envolvida na construção de uma adequada capacidade de enfrentamento ao terrorismo, a qual exige grande esforço das instituições e da sociedade, como um todo.

### **3.1 Os três eixos institucionais e o preparo para o enfrentamento da ameaça terrorista nos grandes eventos internacionais**

A ameaça terrorista não é uma novidade na história do Estado brasileiro. Como visto anteriormente, desde o fim do século XIX, movimentos político-ideológicos que geraram grupos terroristas em diversas partes do planeta, também se manifestaram no Brasil, como os anarquistas e socialistas. Os movimentos socialistas, principalmente os de viés marxista-leninista, geraram organizações radicais que praticaram o terrorismo no Brasil, principalmente durante a última época de governos militares (1964-1985) (MELLO, 2010).

Esses movimentos foram enfrentados de forma centralizada, com forte atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>41</sup>, órgão existente a época, que coordenava os esforços institucionais nas áreas de inteligência relacionados a informações externas e internas, contra-informação e condução de operações de informação<sup>42</sup>. Seu posicionamento organizacional, junto à Presidência da República facilitava a coordenação do enfrentamento ao terrorismo. Na prática, o SNI possuía o domínio de todo o campo informacional, possibilitando o trabalho coordenado de um Sistema Nacional de Informações (SISNI) e mostrou-se eficaz no enfrentamento ao terrorismo, não permitindo que os movimentos insurrecionais obtivessem sucesso como catalisadores da luta armada que queriam promover (MELLO, 2010).

Entretanto, em 2007, o Brasil já não possuía mais uma estrutura centralizada que tivesse o controle dos órgãos de inteligência e repressão a atividades políticas, tal como o terrorismo. O SNI foi extinto em 1990 pelo Presidente Fernando Collor de Mello e, segundo Buzanelli<sup>43</sup>, as organizações que o sucederam, por seu posicionamento estrutural e atribuições dadas, não tiveram a mesma capacidade de coordenar e integrar os esforços institucionais para o enfrentamento do complexo terrorismo do século XXI.

Dessa forma, para enfrentar as ameaças que se vislumbravam no horizonte a partir de 2007, o Estado passou a criar organizações *ad hoc*, reunindo as instituições que possuíam capacidades que pudessem contribuir com o enfrentamento dessa ameaça. A atuação de terroristas nos diversos sistemas de transporte público, a possibilidade de combinação de ataques com agentes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos (NBQR), a associação com o crime organizado, a necessidade de atuação da defesa civil e de serviços de saúde no socorro às vítimas e as ações dos grupos radicais no campo informacional, principalmente por

---

<sup>41</sup> Criado pela Lei nº 4.341 de 13/06/1964. Disponível em <<http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1964-servico-nacional-de-informacoes-sni/>>. Acesso em 14 Jul 2018.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> Ver Apêndice B “Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli”.

meio da internet, exigiam uma resposta governamental em diversas áreas. A superação do desafio só poderia ser feita por meio de uma abordagem holística e do esforço integrado de autoridades e representantes de diversos setores do governo e da sociedade, pois nenhuma organização governamental existente reunia, sozinha, todas as capacidades necessárias para vencer o desafio de forma isolada (VISACRO, 2018).

Essas organizações *ad hoc* foram criadas com base em uma “espinha dorsal” baseada nos três eixos institucionais de atuação, fundamentais para que os eventos transcorressem com segurança: Inteligência, Segurança Pública e Defesa (MELLO, 2018).

O Eixo Inteligência reunia as informações das diversas agências de inteligência sobre ameaças de toda natureza aos eventos, nos planos internacional e doméstico, assessorando os demais eixos em seus planejamentos e ações (MELLO, 2018).

O Eixo Segurança Pública compreendia as ações de segurança já exercidas, normalmente, pelas forças de segurança das diferentes esferas governamentais, federal, estadual e municipal. Essas ações, das polícias Federal, Rodoviária Federal e estaduais, da Força Nacional de Segurança e das guardas municipais, visavam prover segurança ao cidadão. Além disso, compreendiam, também, as ações de defesa civil exercidas pelos corpos de bombeiros e entidades similares (MELLO, 2018).

O Eixo Defesa compreendia as ações realizadas pelas Forças Armadas. Algumas já eram de desempenho rotineiro, como controle e defesa do espaço aéreo brasileiro, controle do tráfego marítimo e segurança da navegação e patrulhamento e vigilância de fronteiras terrestres. Outras, seriam desenvolvidas em caráter temporário e excepcional, dentre do papel constitucional previsto de garantia da lei e da ordem e em complemento as ações de segurança pública<sup>44</sup>, tais como reforço a segurança de instalações e delegações, a defesa contra agentes NBQR, e a prevenção e combate ao terrorismo. Na prática, além de reforçar as ações de

---

<sup>44</sup> Conforme artigo 142 da Constituição Federal, regulamentado por leis complementares (BRASIL, 2018).

segurança pública, as Forças Armadas, por diversas vezes, assumiram a coordenação de áreas temáticas específicas, em função de possuírem uma maior capacidade de planejamento e controle, como foi o caso da área temática terrorismo (exceto nos Jogos Panamericanos de 2007 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016, como será visto mais adiante), ou mesmo por possuírem capacidades inexistentes em outras instituições, como a defesa contra agentes NBQR (VISACRO, 2018).

O primeiro dos grandes eventos internacionais realizados no período foram os Jogos Panamericanos de 2007, evento esportivo realizado na cidade do Rio de Janeiro entre 13 e 29 de julho daquele ano, reunindo mais de 5.600 atletas de 42 países, grande número de profissionais de diversos setores e a imprensa internacional (BOTTINO, 2013).

Apesar de, no Brasil, a coordenação da segurança em eventos internacionais ter sido atribuída, em ocasiões anteriores, às Forças Armadas, tal como na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92), desta vez a responsabilidade foi entregue ao Ministério da Justiça, que assumiu total responsabilidade pelas ações e as operacionalizou por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e demais órgãos subordinados (BOTTINO, 2013). Segundo alguns veículos de imprensa, como o jornal O Globo, teria havido, à época, uma disputa pela responsabilidade de coordenar a segurança do evento entre os Ministérios da Justiça e da Defesa, resultando vitoriosa ao primeiro. As Forças Armadas limitaram-se, nesse evento, às ações constitucionais rotineiras de defesa aeroespacial, controle do tráfego marítimo e segurança da navegação e a atuação na faixa de fronteiras, além da segurança no entorno de algumas instalações militares empregadas nos jogos<sup>45</sup>. A área de inteligência, por sua vez, foi coordenada pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)<sup>46</sup>, que realizou sua

---

<sup>45</sup> Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/395777/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em 10 Jun 2018.

<sup>46</sup> Criada em 7 de dezembro de 1999. Disponível em <<http://www.abin.gov.br>>. Acesso em 14 Jul 2018.

primeira experiência de coordenação nacional dos órgãos de inteligência do país para um grande evento, criando um Centro de Inteligência dos Jogos Pan-Americanos (CIJ), estabelecido no Rio de Janeiro, integrando 25 órgãos públicos, das três esferas de governo e possibilitando o intercâmbio de informações e a tomada de decisão<sup>47</sup>.

A realização dos Jogos Panamericanos de 2007 trouxe novas experiências para a área de segurança, permitindo ao Ministério da Justiça o aprimoramento de alguns de seus setores, principalmente do Departamento de Polícia Federal (DPF), que realizou importantes evoluções qualitativas em seu órgão responsável por ações de contraterrorismo, o Comando de Operações Táticas (COT), e na Força Nacional de Segurança, que havia sido criada apenas 3 anos antes do evento (VISACRO, 2018). Na área de inteligência, a experiência de coordenação realizada pela ABIN possibilitou estabelecer um padrão de integração por meio do CIJ, que passariam, em outros eventos, a ser replicados em nível nacional e regionais.

Entretanto, importantes capacidades existentes nas Forças Armadas, relacionadas a seu efetivo, equipamento e capacidades de planejamento, comando e controle deixaram de ser integradas. Essas capacidades possibilitariam reforçar importantes ações de segurança pública, tais como a segurança de áreas críticas, o contraterrorismo, a defesa contra ataques com agentes NBQR, a desativação de artefatos explosivos e o planejamento e controle.

A experiência dos Jogos Panamericanos de 2007, o protagonismo crescente do terrorismo no cenário internacional e a expectativa dos novos eventos internacionais que se aproximavam ressaltavam a importância de se possuir, no governo federal, uma estrutura que pudesse integrar e coordenar as ações dos diversos setores com capacidade de enfrentamento ao terrorismo. Nesse sentido, em 09 de junho de 2009 foi criado, no âmbito do GSI, o Centro de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT), que passou a coordenar as atividades ligadas a prevenção e monitoramento da ameaça terrorista, distribuindo tarefas e estabelecendo

---

<sup>47</sup> Disponível em <<http://www.abin.gov.br/grandes-eventos/jogos-pan-americanos/>>. Acesso em 25 Jun 2018.

limites de atuação para as instituições com capacidades ligadas ao tema (BUZANELLI, 2010).

Segundo Buzanelli<sup>48</sup>, o GSI teria funcionado muito bem como coordenador de crises na ocasião, por seu posicionamento organizacional junta a Presidência da República, o mais alto escalão do poder executivo, o que lhe dava legitimidade para exercer a coordenação dos esforços e realizar a distribuição de tarefas na área de enfrentamento ao terrorismo aos demais órgãos do executivo. Dessa forma, foi possível apaziguar disputas entre as diferentes organizações envolvidas, tal como a ocorrida na definição do eixo institucional responsável pela segurança dos Jogos Panamericanos. Entretanto, em 2011, as atividades do CPCT seriam suspensas por decisão da Presidente Dilma Vana Rousseff, dificultando a coordenação na área de resposta ao terrorismo e estagnando os avanços obtidos até então, justamente quando se aproximavam os próximos eventos internacionais programados.

Em julho de 2011, foram realizados, no Rio de Janeiro, os 5º Jogos Mundiais Militares, evento coordenado pelo Conselho Internacional de Esportes Militares, que reuniu cerca de 4.200 atletas de 114 países. A responsabilidade pela coordenação da segurança dos Jogos Mundiais Militares foi atribuída as Forças Armadas, por tratar-se de um evento intensamente realizado no interior de instalações e áreas sob administração militar, inclusive no que dizia respeito a hospedagem dos atletas, a qual foi realizada em vilas residenciais construídas para tal fim<sup>49</sup>. A experiência trouxe importantes lições, consolidando práticas bem-sucedidas no combate ao terrorismo como, por exemplo, a criação do Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI), estrutura que reunia, sob uma única coordenação, as diversas capacidades de enfrentamento ao terrorismo, como especialistas em desativação de artefatos explosivos e defesa NBQR, tropas de contraterrorismo, aviação, comunicação social, representantes dos órgãos de saúde, polícias militares, polícia federal, defesa civil e

---

<sup>48</sup> Ver Apêndice B “Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli”.

<sup>49</sup> Disponível em <[http://www.eb.mil.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b78e84d5-189e-428d-a9fa-de5c7cdaa728&groupId=52610](http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b78e84d5-189e-428d-a9fa-de5c7cdaa728&groupId=52610)>. Acesso em 10 Jun 2018.

especialistas em operações psicológicas. Apesar de ser um evento esportivo militar de âmbito do Ministério da Defesa, o governo federal acumulou conhecimentos de coordenação nos três eixos, pois a magnitude do evento e a complexidade de se acolher delegações de tão variada gama de países exigiu cuidados e coordenações em diversas áreas (BOTTINO, 2013).

Em junho de 2012, outro grande evento teria sua coordenação sob responsabilidade do Ministério da Defesa. A Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como “Rio + 20”, seria realizada, também, no Rio de Janeiro, reunindo mais de 45.800 pessoas, incluindo delegações de 188 países diferentes e 100 chefes de Estado. A experiência anterior foi novamente aprimorada e bem-sucedida, tendo o órgão coordenador do evento integrado, com sucesso, na área de enfrentamento ao terrorismo, os diversos recursos necessários (BOTTINO, 2013).

Para assessoria nos grandes eventos que seriam realizados a partir de 2013, o governo federal criara, 2 anos antes, uma estrutura denominada Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) no âmbito do Ministério da Justiça, por meio do Decreto Nº 7.538, de 1º de agosto de 2011<sup>50</sup>. Essa assessoria contou com representantes dos 3 eixos e seria responsável por integrar esforços de diversas áreas temáticas afetas a segurança, incluindo o terrorismo. O Ministério da Defesa, por sua vez, criou uma estrutura denominada Assessoria Especial para os Grandes Eventos (AEGE), em maio de 2013 (RIBEIRO, 2013).

Em junho de 2013 foi realizada a 9ª Copa das Confederações FIFA, reunindo equipes de futebol de 8 países com jogos em seis cidades sede. No mês seguinte, foi realizada a 28ª Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (BOTTINO, 2013). Esses dois eventos consolidariam a integração entre os 3 eixos institucionais para os grandes eventos, inaugurando um Sistema Integrado de Comando e Controle a nível Nacional, composto de

---

<sup>50</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7538.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7538.htm)>. Acesso em 10 Jun 2018.

Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) fixos e móveis (montados em viaturas) nas cidades sedes dos jogos, com modernos recursos de telemática, aumentando a capacidade de comando e controle dos eventos. Os CICC seriam uma ferramenta de grande utilidade para a segurança dos eventos e se manteriam como um legado para a segurança pública em todo o país a partir de então, haja visto sua previsão de funcionamento em 27 capitais brasileiras. Esse centro, também, seria fundamental para o enfrentamento ao terrorismo, devido a seus diversos recursos e a reunião em um único lugar, de representantes de forças de segurança pública, de defesa, transporte público, inteligência e defesa civil<sup>51</sup> (BOTTINO, 2013).

Em junho de 2014, teria início a 20ª Copa do Mundo FIFA. Equipes de 31 países participaram de jogos em 12 cidades sede brasileiras. Mais uma vez, os três eixos institucionais seriam reunidos para prover a segurança do grande evento. No Eixo Inteligência, um Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros (CISE) foi montado pela ABIN. O espaço reuniria serviços de 27 países para intercâmbio de informações sobre ameaças internacionais, conhecimento de grande valia para a área temática terrorismo. O Sistema Integrado de Comando e Controle consolidara os CICC nas capitais brasileiras, possibilitando pleno acompanhamento do grande evento. Os CCTI funcionavam dentre do Eixo Defesa, cobrindo as cidades sede e integrando recursos das Forças Armadas, policiais e demais agências governamentais para enfrentamento ao terrorismo, sob coordenação de um oficial general, o Comandante do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro (BOTTINO, 2013).

### **3.2 Jogos Olímpicos Rio 2016: O maior dos desafios**

Como visto anteriormente, desde os Jogos Panamericanos de 2007, até a Copa do

---

<sup>51</sup> Dados da criação dos CICC disponíveis em <<http://www.justica.gov.br/news/portaria-regulamenta-sistema-integrado-de-comando-e-controle-para-a-copa>>. Acesso em 10 Jun 208.

Mundo FIFA 2014, as estruturas de governança os esquemas de segurança e a capacidade de enfrentamento ao terrorismo evoluíram a cada evento, incorporando lições anteriores e se adaptando aos novos desafios surgidos. Com exceção dos Jogos Panamericanos de 2007, cuja segurança foi coordenada pelo Ministério da Justiça, todos os demais grandes eventos tiveram sua segurança coordenada pelas Forças Armadas, o que incluía a área temática terrorismo, que reunia recursos humanos e materiais de diversos setores da administração pública. Esse modelo de integração coordenado por autoridades militares foi adotado devido à maior capacidade de planejamento, mobilização e comando e controle das forças armadas. Entretanto, o modelo apresentava sinais de desgaste, uma vez que se mostrava difícil para agentes civis de segurança pública atuarem sob coordenação de uma autoridade militar e, também, pelo amadurecimento de outras instituições governamentais, tais como o DPF, que adquiria capacidades e desejava assumir maior protagonismo em assuntos específicos, dentre os quais, o próprio enfrentamento ao terrorismo. As diferentes culturas organizacionais e conflitos de interesse vinham à tona por ocasião das ações em campo, denotando ressalvas entre agentes das diversas instituições (VISACRO, 2018).

Os Jogos Olímpicos de Verão de 2016 foram realizados no período de 05 a 21 de agosto na cidade do Rio de Janeiro e em mais 05 outras capitais brasileiras. Se fosse considerada apenas sua magnitude, o evento já superava os demais realizados no que tange ao desafio em organização e segurança, pois reuniu cerca de 15.000 atletas de 205 países<sup>52</sup>, mais de 100 dignitários e 1 milhão de turistas estrangeiros, captando a audiência de mais de um bilhão de espectadores ao redor do mundo (MELLO, 2018). Entretanto, os Jogos traziam como agravante para a área de segurança, um histórico de atentados terroristas realizados no passado, em que se destaca o ataque às Olimpíadas de Munique, na Alemanha, em 1972, já abordado no capítulo anterior. Peter Tarlow, especialista em segurança e turismo, à época dos

---

<sup>52</sup> Disponível em <<http://www.abin.gov.br/grandes-eventos/olimpiadas-rio-2016/>>. Acesso em 11 Jun 2018.

preparativos para o evento, declarou que o Brasil poderia não ter tradição enquanto alvo do terrorismo, entretanto, os Jogos Olímpicos possuíam<sup>53</sup>.

Somava-se a esta expectativa, além da temida atuação da Al Qaeda, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, a campanha de ataques terroristas do EI deflagrada no cenário internacional a partir de 2014. Os ataques na França, Bélgica, EUA e Turquia, abordados anteriormente, denotavam a dificuldade em se estabelecer medidas efetivas que pudessem proteger os chamados *Soft Targets*<sup>54</sup>, composto por turistas e cidadãos comuns em locais públicos. Os atentados da *boate* Pulse, do aeroporto de Istambul, e do Balneário de Nice ocorreram há menos de 2 meses da cerimônia de abertura das Olimpíadas (MELLO, 2018).

A capilaridade do EI, obtida graças a prática do grupo de recrutar seguidores em diversas regiões do planeta e transmitir sua motivação e orientações por meio da internet chegava ao Brasil, enquanto o país se preparava para os Jogos Olímpicos. Em abril de 2016 veículos de imprensa nacional e internacional noticiavam publicações de membros do EI em redes sociais e sítios de internet. Um terrorista do grupo, conhecido como Maxime Hauchard escreveria em uma conta no aplicativo *Twitter*: *Brésil, vous êtes notre prochaine cible* (Brasil, vocês são nosso próximo alvo)<sup>55</sup>, (ALVES; TRANCHES, 2016). Em junho do mesmo ano, no aplicativo *Telegram*, a *Nashir News Agency*, uma agência de notícias que propagava os feitos e disseminava orientações do grupo lançaria um canal em português para facilitar a comunicação com seguidores brasileiros<sup>56</sup>. Finalmente, cerca de duas semanas antes da abertura das Olimpíadas, o EI publicaria, novamente utilizando o aplicativo *Telegram*, orientações dirigidas a “Lobos Solitários” sobre 17 tipos diferentes de ações terroristas que

---

<sup>53</sup> Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/tj/brasil-nao-tem-tradicao-de-terrorismo-mas-olimpiadas-tem-diz-especialista/n1237792625025.html>>. Acesso em 11 Jun 2018.

<sup>54</sup> Pessoas em situação de vulnerabilidade a ataques, em locais que não possuem medidas rigorosas de proteção. Disponível em <[https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/soft\\_target](https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/soft_target)>. Acesso em 11 Jun 2018.

<sup>55</sup> Tradução publicada no próprio artigo em referência.

<sup>56</sup> Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2016/06/16/abin-monitora-grupo-em-portugues-criado-pelo-estado-islamico-no-telegram.htm?cmpid=tw-uol>>. Acesso em 11 Jun 2018.

poderiam ser realizadas durante o evento no Brasil, incluindo ataques a aeroportos e meios de transporte público, emprego de facas, veneno, sequestros e disseminação de falsas informações para gerar pânico<sup>57</sup> (MELLO, 2018).

O Estado brasileiro, por sua vez, encontrava-se no ápice de seu preparo para enfrentar esta ameaça. A experiência na condução dos grandes eventos desde 2007 possibilitara o aprimoramento da governança e avanços no enfrentamento ao terrorismo.

Um planejamento detalhado foi realizado por membros de uma estrutura denominada Comitê Estratégico de Segurança Integrado (CESI), reunindo representantes dos Ministérios da Defesa e da Justiça e da Secretaria de Governo (SG), sendo esta última, por meio da ABIN. Um grupo de trabalho, denominado GT Terrorismo fora constituído por representantes dos 3 eixos, ainda em 2015, com a tarefa de aperfeiçoar as melhores práticas empregadas, até então, no enfrentamento a ameaça terrorista (MELLO, 2018).

Fruto das experiências anteriores, a ABIN mobilizara, no Eixo Inteligência, os já testados CIJ, que possuíam grande capacidade de coletar e disseminar informações, integrando-os por meio de um Centro de Inteligência Nacional (CIN). Por meio de sua estrutura, a ABIN conseguia consolidar informações oriundas de uma vasta gama de serviços de inteligência governamentais, incluindo as 3 forças singulares e forças policiais, além de serviços privados e estrangeiros. No Eixo Segurança Pública, o Ministério da Justiça criaria uma estrutura subordinada à SESGE, denominada Centro Integrado Antiterrorismo (CIANT), que tinha capacidade de coordenar os meios de segurança da Divisão Antiterrorismo (DAT) do DPF. Uma Central de Inteligência de Polícia Internacional seria mobiliada próxima do evento para aumentar o intercâmbio internacional de dados policiais sobre atividades e indivíduos suspeitos. O fluxo de informações de inteligência policial era dirigido, no final, ao

---

<sup>57</sup> Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-07-20/terroristas-manul-jogos-olimpicos.html>>. Acesso em 11 Jun 2018.

CIANT, onde se deliberava por aprofundar as investigações ou pelo desencadeamento de ações de polícia judiciária. No Eixo Defesa, seria criado um Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT), também aos moldes do que ocorrera na Copa do Mundo FIFA 2014, subordinado à Chefia de Operações Conjuntas (CHOC) do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), reunindo meios de prevenção e combate ao terrorismo e de gerenciamento de consequências das 3 forças singulares (MELLO, 2018).

Como abordado anteriormente, o modelo de governança na área de terrorismo utilizado até a Copa do Mundo FIFA em 2014 apresentava sinais de desgaste. Por essa razão, para os Jogos Olímpicos de 2016 seria criado um novo modelo para esta área que pudesse coordenar e integrar as ações de segurança pública e de defesa, sem que houvesse ascendência entre os eixos. Para isso, foi criada uma estrutura denominada Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo (CIET), composto de representantes do CIANT, da ABIN e do CCPCT (FIG. 2). Esse comitê seria o ambiente interagências responsável pela integração e coordenação dos esforços de enfrentamento ao terrorismo (MELLO, 2018).

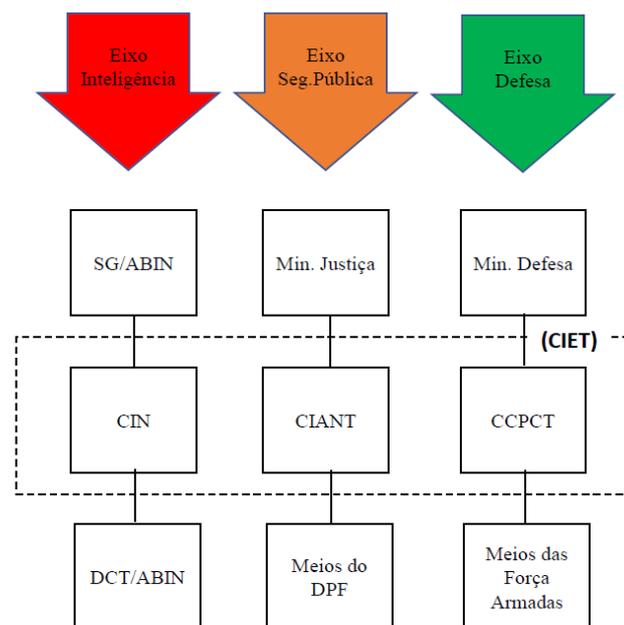


FIGURA. 2: O CIET e os 3 eixos institucionais no enfrentamento ao terrorismo

Fonte: MELLO, 2018.

A integração e coordenação dos 3 eixos possibilitou maior compartilhamento de informações e capilaridade dos meios envolvidos no enfrentamento ao terrorismo, possibilitando cobrir todos os locais de competição, graças a uma divisão de tarefas e distribuição judiciosa das capacidades de segurança pública e defesa. Visacro (2018, p. 17), ao abordar os ganhos operacionais obtidos com o CIET, relata que: “O patamar de integração alcançado foi inédito, com o acesso compartilhado aos bancos de dados disponíveis, redistribuição de alvos e ênfase na complementaridade de capacidades”.

Outro importante ganho resultante na integração dos eixos foi constatado, ainda, na fase de preparo das forças de segurança e defesa, no período anterior as Olimpíadas. Os encontros, reuniões e treinamentos integrados possibilitaram ao CIET identificar as reais capacidades de cada força e agência, federais ou estaduais, ligadas ao enfrentamento ao terrorismo. Dessa forma, verificou-se, por exemplo, que determinadas tropas tinham capacidade, (treinamento e equipamentos) para realizar ações cinéticas contra grupos terroristas em ambientes contaminados por agentes NBQR, enquanto outras, por sua vez, tinham capacidade de realizar ações noturnas de retomada de instalações e resgate de reféns em edificações dominadas por terroristas, em condições de escurecimento total. A identificação destas capacidades possibilitou uma melhor distribuição geográfica e temporal dessas forças e agências, em função dos locais e momentos dos jogos, e de acordo com os graus de ameaça estimados (MELLO, 2018).

Na prática, seriam estabelecidos protocolos de atuação a níveis federal e regionais<sup>58</sup>, onde havia a previsão de diversas situações de crise, resumidas em 25 possibilidades de ataques terroristas, bem como a definição de quem atuaria em cada momento, em função de suas capacidades. Essas possibilidades anteviam cenários dos mais

---

<sup>58</sup> No caso, regionais diz respeito às cidades onde se desenvolveriam os jogos, sendo o Rio de Janeiro a principal e outras capitais para funcionar como cidades sede das partidas de futebol.

variados, desde situações simples, como ações de “Lobos Solitários” empregando facas ou armas de fogo em locais públicos, tal como ocorrera na boate Pulse, em Orlando, até ataques múltiplos combinando armas de fogo e explosivos, tais como os ataques de Paris, em novembro do ano anterior. Conflitos de atuação e situações não previstas nos protocolos, que não pudessem ser resolvidas a nível regional, seriam deliberadas pelo CIET (MELLO, 2018).

A análise destas capacidades possibilitou, também, orientar melhor o preparo para o enfrentamento da ameaça terrorista, aprimorando as habilidades existentes e adquirindo conhecimentos complementares por meio do apoio de treinamento por especialistas nacionais e estrangeiros oriundos, principalmente, dos EUA e da França. O preparo dessa estrutura foi amplamente divulgado na mídia, no período que antecedeu os jogos, de maneira a funcionar como ação dissuasória a nível psicossocial, em um esforço de intimidação de potenciais ameaças, fossem elas organizações terroristas nacionais ou internacionais (MELLO, 2018).

Outra importante iniciativa foi a atuação na percepção a situações de ameaça terrorista por parte de públicos específicos.

A percepção de indícios de ações terroristas é fundamental para que ataques desta natureza possam ser evitados. Percepção, segundo o especialista em Psicologia Social David Myers (apud SOUSA, 2017, p. 13) é a forma como os seres humanos interpretam a realidade (não necessariamente a realidade em si) e que moldarão seu comportamento. A capacidade de se reagir a tempo, a um ataque terrorista, depende dos alertas recebidos por observadores que percebem situações suspeitas sobre este tipo de atividade, normalmente, dados, graças a sua sensibilidade (MELLO, 2018). A quantidade desses alertas pode ser ampliada, caso haja mais observadores capazes de perceber sinais da ameaça terrorista.

Por outro lado, fatores como o distanciamento do Brasil das regiões geográficas de maior ocorrência de ataques terroristas na Ásia Central, Europa e Oriente Médio, o longo tempo passado desde os últimos registros de ataques dessa natureza no país e a atribuição de

maior importância na imprensa nacional e na cultura brasileira a outras ameaças tendem a baixar a percepção brasileira a sinais de atividade terrorista (SOUSA, 2017). Uma pesquisa sobre segurança realizada em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 4.000 famílias em 212 municípios brasileiros indicava o terrorismo em última posição, em uma lista de seis possíveis ameaças à segurança onde constavam, além do próprio terrorismo, o crime organizado, epidemias, desastre ambiental ou climático, guerra com potência estrangeira e guerra com país vizinho (Ver Anexo B – Percepção da Ameaça Terrorista no Brasil).

Essa baixa sensibilidade influencia no tratamento dado pelos cidadãos brasileiros a situações com potencial de conexão a atentados terroristas, tais como volumes abandonados em locais de grande circulação de pessoas, incidentes de violação de perímetros de segurança em áreas restritas e percepção de pessoas em atitudes suspeitas em locais com potencial para ataques terroristas (SOUSA, 2017).

Durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, por iniciativa do CCPCT, decidiu-se por trabalhar na alteração da sensibilidade de pessoas que frequentariam locais normalmente procurados por terroristas para desencadear seus ataques, de maneira a aumentar sua percepção ao terrorismo e, com isso, ter a chance de receber alertas oportunos que pudessem acionar agentes de segurança especializados no enfrentamento ao terrorismo (MELLO, 2018).

Dessa forma, foram realizadas ações para incrementar a sensibilidade a situações indicadores de um ataque terrorista. Essas ações, inseridas em uma campanha de sensibilização a ameaça terrorista, visaram funcionários de empresas prestadoras de serviço ao público e agentes de segurança, por meio de palestras e treinamentos, dentro de um Estágio de percepção da Ameaça Terrorista (EPAT). Visaram, também, usuários de sistemas de transporte público e cidadãos que moravam próximo dos locais de competição e de maiores concentrações de pessoas durante os eventos, por meio de orientações passadas em recursos

informativos existentes nestes locais e sistemas de transporte (MELLO, 2018).

A campanha, associada a disponibilização de canais de denúncia compostos por números de telefone, contatos de aplicativos de comunicação digital e endereços de e-mail possibilitou a multiplicação da capacidade de se antever sinais de um possível ataque terrorista. Como resultado direto, o número de alertas, que rotineiramente era de cerca de um por semana (informação pessoal) cresceu e, no período de 29 de julho a 21 de agosto, foi superior a três por dia, sendo registrados 80 acionamentos de equipes de desativação de artefatos explosivos para a verificação de bolsas, malas e pacotes suspeitos, encontrados em sistemas de transporte públicos, hotéis, centros de competição e na Vila Olímpica da Barra da Tijuca. Mesmo com a grande maioria de informações não se confirmando como ameaça, graças as denúncias realizadas no período, foi possível neutralizar alguns objetos suspeitos e artefatos explosivos caseiros em diversos locais relacionados aos jogos (MELLO, 2018).

Um estudo realizado em São Paulo para constatar a eficiência do EPAT em 2017 constatou um aumento médio de 34,31% na sensibilidade dos concludentes do estágio realizado naquela região, o que revela a importância da iniciativa (SOUSA, 2017).

No campo jurídico, um importante avanço daria respaldo legal para a neutralização de potenciais ameaças. Em 16 de março de 2016 seria promulgada a Lei nº 13.260, já abordada na introdução deste trabalho, que tipificaria o crime de terrorismo. Essa lei, lançada seis meses antes do início dos Jogos Olímpicos Rio 2016 foi produto da própria demanda por um ambiente seguro nas Olimpíadas, que possuem um histórico de atentados desta natureza (BRASIL, 2016).

A promulgação da lei possibilitou que, em 21 de julho, a Polícia Federal realizasse, fruto de uma investigação em andamento, uma série de prisões e conduções coercitivas de um grupo de brasileiros seguidores do EI, que discutiam e planejavam ataques terrorista a serem desencadeadas por ocasião do Jogos. Fruto da operação, denominada

*Hashtag*, 18 suspeitos de terrorismo foram detidos a 15 dias do início do grande evento (BORGES, 2016). As prisões, inicialmente temporárias, seriam transformadas, para os principais suspeitos, em preventivas. O efeito prático imediato da operação foi neutralizar o grupo durante a realização das Olimpíadas Rio 2016. Além disso, a divulgação do caso na mídia serviria, também, para dissuadir outros possíveis indivíduos ou grupos ligados ao terrorismo que não acreditavam na eficiências e vontade das forças de segurança e do Estado brasileiro em enfrentar a ameaça terrorista (MELLO, 2018).

Apesar das ameaças do EI, do grupo ligado à organização terrorista e de volumes e de artefatos suspeitos identificados e neutralizados, os Jogos Olímpicos Rio 2016, assim como os grandes eventos internacionais que os antecederam desde 2007, transcorreram sem ocorrências que causassem danos ou vítimas, na área do enfrentamento ao terrorismo.

### **3.3 Desmobilização: Legado e oportunidades perdidas**

Segundo Buzanelli, antes de 2007, as organizações que possuíam capacidade de enfrentamento ao terrorismo eram como “ilhas de um grande arquipélago”<sup>59</sup>.

Graças ao planejamento detalhado, investimentos e acordos institucionais firmados, o Brasil foi adquirindo, durante o preparo para os grandes eventos internacionais realizados no país, capacidade integrada de enfrentamento a ameaça terrorista. As estruturas temporárias mobilizadas, desde 2007, foram aprimorando seu potencial de acompanhamento, dissuasão, resposta e mitigação das consequências de ataques terroristas. No último dos grandes eventos, os Jogos Olímpicos Rio 2016, o Brasil atingiu sua maturidade no preparo para o enfrentamento do terrorismo, justamente quando se havia a percepção da maior probabilidade de sua ocorrência, em função do histórico do evento e das ameaças do EI

---

<sup>59</sup> Ver Apêndice B “Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli”.

publicadas na mídia.

O gradual desenvolvimento e integração das capacidades institucionais de enfrentamento ao terrorismo, a experiência acumulada, as ações interagências, o trabalho de sensibilização da ameaça terrorista e as ações nos campos jurídico e informacional foram importantes avanços que contribuíram para a superação do desafio.

Uma importante lição é que o terrorismo internacional contemporâneo constitui uma ameaça multifacetada, que transcende fronteiras físicas e barreiras legais do Estado. Por esta razão, seu enfrentamento eficaz depende do estabelecimento de um ambiente interagências, de maneira a envolver as diversas instituições necessárias de diferentes esferas governamentais e a colaboração internacional. O recrutamento, formação de células e, até mesmo, o planejamento das ações terroristas brotam e amadurecem em uma dimensão subterrânea de sítios cibernéticos, vindo à tona, muitas vezes, já na forma de ataques simples, porém de elevada letalidade e poucas chances de detecção prévia por sistemas de inteligência não focados no acompanhamento de ameaças desta natureza.

Uma estrutura governamental estabelecida em adequado nível institucional, com autoridade para coordenar as agências e serviços ligados ao enfrentamento ao terrorismo e cooperar internacionalmente, tal como o CPCT, em 2009 e o CIET, nas Olimpíadas Rio 2016, com respaldo jurídico para realizar ações baseadas em lei específica, foram a base da eficiência no maior dos desafios no período dos grandes eventos internacionais no país.

Após as Olimpíadas, último grande evento internacional realizado no período, permaneceram, como legado na área de enfrentamento ao terrorismo: diversos equipamentos para uso em ações de contraterrorismo e situações emergenciais, a experiência adquirida entre os participantes e os arquivos que registram todo o planejamento e ações realizadas e a Lei nº 13.260 passou a definir um crime para o qual não havia tipificação anterior, não deixando de constituir um importante avanço.

O maior aprendizado dos esforços de enfrentamento ao terrorismo, entretanto, pode ser considerado a mudança na cultura organizacional das instituições ligadas ao tema, que possibilitou um efetivo trabalho em um ambiente conjunto e interagências. Apenas esse trabalho, desenvolvido a partir de um fórum bem posicionado e estruturado organizacionalmente foi capaz de formalizar, com legitimidade, a integração e coordenação das capacidades institucionais de enfrentamento ao terrorismo, promover mudanças culturais, tais como as desencadeadas pelas campanhas de sensibilização a ameaça terrorista nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e estabelecer laços de cooperação e confiança, permitindo o contínuo acompanhamento e desenvolvimento dos trabalhos nesta área.

Após as Olimpíadas Rio 2016, a estrutura que provia segurança aos Jogos foi desmobilizada, incluindo a organização estabelecida para o enfrentamento ao terrorismo. O pessoal e equipamentos empregados no evento retornaram à suas instituições. Os laços estabelecidos pelos eixos segurança pública, defesa e inteligência, os protocolos de atuação que permitiam a complementaridade das capacidades dos diversos órgãos governamentais, agências de inteligência e forças policiais e de defesa e as campanhas para o incremento da sensibilidade a ameaça terrorista, que brindavam ao Estado a sinergia necessária para se realizar uma adequada proteção contra ataques terroristas em território nacional deixaram de existir com a desativação do CIET e das organizações que integravam o esforço de enfrentamento ao terrorismo nos grandes eventos (MELLO, 2018).

Nenhuma das estruturas interagências temporárias estabelecidas durante todo o período dos grandes eventos internacionais gerou uma organização integrada permanente para enfrentamento do terrorismo, exceto pela tentativa realizada de 2009 a 2011, com o CPCT. Ao longo de dez anos de experiências na área temática terrorismo, as diversas organizações *ad hoc* precisaram, a cada evento que surgia, coletar e aprimorar as experiências passadas, reunir novamente as instituições e agências ligados a área temática terrorismo e definir a governança

para o próximo desafio, apesar da pouca distância temporal entre estes<sup>61</sup>. Apesar de toda a integração, não se aproveitou a oportunidade para se estabelecer uma doutrina única de enfrentamento ao terrorismo no âmbito federal.

Em termos organizacionais, o Estado retornaria à condição de prontidão contra a ameaça terrorista anterior ao período dos grandes eventos internacionais, permanecendo, apenas, setores específicos dentro da ABIN e do DPF diretamente voltados para o enfrentamento ao terrorismo internacional.

Utilizando a expressão empregada por Buzanelli na entrevista a este estudo, as instituições, aos poucos retornariam às suas “ilhas”<sup>62</sup>.

Após setembro de 2016, as expertises na área temática terrorismo acumuladas nas agências governamentais, forças militares e policiais, aos poucos começaram a se dissipar, em função de outras prioridades surgidas e da movimentação do pessoal que havia adquirido experiência no assunto para outras áreas e tarefas dentro de suas próprias instituições, tais como o combate a corrupção e a violência, no âmbito do Ministério da Justiça e as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, no âmbito do Ministério da Defesa. Novas pautas nas agendas do governo e de suas instituições tirariam o foco da ameaça terrorista, colocando-a, novamente, em uma penumbra.

É nesta sombra, entretanto, que organizações terroristas encontram novas oportunidades, atraídas por fatores específicos e, também, pelas maiores chances de obter sucesso em seus ataques, ante um Estado vulnerável a ações do terrorismo internacional.

---

<sup>61</sup> O maior intervalo entre os eventos foi de cerca 4 anos, entre os Jogos Panamericanos de 2007 e os Jogos Mundiais Militares em 2011.

<sup>62</sup> Ver Apêndice B “Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli”.

## **4 FATORES DE ATRAÇÃO E VULNERABILIDADE RELACIONADOS A AMEAÇA TERRORISTA INTERNACIONAL NO BRASIL**

Após ter feito a revisão histórica do terrorismo internacional e identificado suas tendências na atualidade, bem como, compreendida a complexidade de se construir uma adequada capacidade de enfrentamento ao terrorismo, tal como realizado durante o período dos grandes eventos internacionais realizados no Brasil, este estudo tem condições de identificar fatores de atração e de vulnerabilidade, na realidade brasileira, relacionados a atividade terrorista internacional.

### **4.1 Fatores de atração a ameaça terrorista internacional no Brasil**

Com base nas tendências atuais da ameaça terrorista internacional, este trabalho identificou três importantes fatores de atração de ataques terroristas no Brasil: o crescimento do turismo internacional no país, a concentração de populações de segmentos religiosos de interesse de organizações terroristas internacionais e a atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas e a crimes transfronteiriços.

Com relação ao crescimento do turismo internacional no país, foi visto, anteriormente, que diversos ataques terroristas foram realizados em famosos destinos turísticos internacionais. Nestes locais, grupos terroristas podem atingir cidadãos de diversos países, além de causar um grande número de vítimas, graças às grandes concentrações de pessoas de diferentes nacionalidades, atraindo assim, a atenção da mídia internacional. Cidadãos de países envolvidos em conflitos com esses grupos que viajam em locais turísticos com deficientes estruturas de segurança e enfrentamento ao terrorismo são, naturalmente, os principais *soft targets* de organizações radicais. Como exemplos, o EI promoveu ataques em

destinos turísticos como a cidade de Paris, em 2015 e o Balneário de Nice, em 2016, vistos no capítulo anterior, no museu do Bardo, em Tunis, e no Balneário de Sousse, ambos na Tunísia, em 2015 e na região conhecida como Las Ramblas, em Barcelona, na Espanha, em 2017. Já a Al Qaeda, foi responsável por um importante ataque em Bali, na Indonésia, em 2002<sup>63</sup>.

O Brasil, por sua vez, se consagra cada vez mais como um importante destino do turismo internacional. Grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Salvador são visitadas anualmente, durante o feriado do Carnaval e nas comemorações do final de ano, por turistas de diversas partes do mundo. Com os grandes eventos internacionais, o potencial turístico no país foi ampliado, devido a sua divulgação no exterior e ao aumento das infraestruturas portuária, aeroportuária e hoteleira, decorrentes dos investimentos que os acompanharam<sup>64</sup>. Em 2017, ano seguinte à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Brasil bateu novo recorde de turistas estrangeiros no país, tendo sido recebidos mais de 6,5 milhões de visitantes de outros países, indicando uma tendência de crescimento desta atividade<sup>65</sup>.

Dessa forma, a crescente presença de grandes concentrações de turistas estrangeiros em algumas épocas do ano, nos principais destinos turísticos brasileiros, constitui um fator de atração do terrorismo internacional que tem, nestes locais, uma boa oportunidade para realizar ações midiáticas de grande impacto no Brasil.

Um segundo fator de atração é a presença de populações de segmentos religiosos de interesse de organizações terroristas internacionais. Esse fator deve ser analisado segundo dois aspectos: a possibilidade de comunidades destes segmentos tornarem-se alvo de ataques do terrorismo internacional e a chance de radicalização e recrutamento de pessoal para a

---

<sup>63</sup> Disponível em <<https://www.dn.pt/mundo/interior/bali-tunes-nice-barcelona-e-mais-quando-os-ataques-visam-o-turismo-8716305.html>>. Acesso em 05 Jul 2018.

<sup>64</sup> Segundo informação da Revista Época Negócio, o aumento de estabelecimento de hospedagem e leitos no Brasil entre 2011 e 2016 foi de cerca de 15%, sendo mais de 23%, apenas na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/07/rede-de-hoteis-avanca-15-em-5-anos.html>> acessado em 28 Mar 2018.

<sup>65</sup> Dados Agência Brasil. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/numero-de-turistas-estrangeiros-no-pais-bate-recorde-em-2017-e-chega-65>> acessado em 28 Mar 2018.

prática de ações terroristas no país.

O primeiro aspecto está relacionado na atualidade, principalmente, as comunidades judaicas e muçulmanas que habitam o Brasil.

Os judeus, historicamente, têm sido potenciais alvos do discurso e de ações de grupos radicais palestinos e fundamentalistas islâmicos, como visto anteriormente neste trabalho. A presença de comunidades judaicas, cuja soma total de seguidores desta religião ultrapassava 107.000 habitantes no censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>66</sup>, vivendo em diferentes regiões do país, exige atenção especial, devido a possibilidade de ataques do terrorismo internacional. Os ataques realizados na Argentina, na década de 1990, vistos anteriormente, são um exemplo real dessa possibilidade.

A presença, no Brasil, de comunidades de seguidores das linhas xiita e sunita do islã, por sua vez, são outro potencial foco de atração de ações de grupos radicais, a exemplo do que ocorre em países do Oriente Médio e da Ásia Central, onde grupos terroristas sunitas atacam comunidades xiitas e vice-versa (BURKI, 2016). Apesar do levantamento mais recente do IBGE indicar, em 2010, uma população islâmica inferior a 35.200 muçulmanos<sup>67</sup> no país, a concentração de comunidades, de ambas linhas, em cidades como São Paulo (8.277 muçulmanos) e Foz do Iguaçu (5.599 muçulmanos) poderia apresentar alvos compensadores para grupos radicais que viessem a utilizá-las como alvos. Além disso, o aumento da população muçulmana entre 1991 e 2010 foi de 100%, sendo uma das religiões que mais crescem no país, não apenas por nascimento de filhos de seguidores desta religião, mas também por conversões e movimentos migratórios oriundos, principalmente, de regiões de conflito na África e no Oriente Médio<sup>68</sup>. Dados de agosto de 2017 sobre a imigração de

---

<sup>66</sup> Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137>>. Acesso em 16 Jul 2018.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Disponível em <<http://islamparana.blogspot.com/2015/02/a-populacao-muculmana-segundo-o-ibge.html>>. Acesso em 08 Jul 2018.

refugiados sírios no Brasil, por exemplo, registram que cerca de 2.500 pessoas oriundas daquele país passaram a viver no Brasil desde 2011. Nessas últimas regiões, como apresentando anteriormente, existe intensa atividade das principais organizações terroristas atuais<sup>69</sup>.

O segundo aspecto ligado a existência de segmentos religiosos no país, é a possibilidade de radicalização e recrutamento de simpatizantes do extremismo religioso, que residem em território nacional, relacionando-se, na atualidade, principalmente com os seguidores da religião muçulmana.

No período dos Jogos Olímpicos Rio 2016, como abordado anteriormente, ocorreu, como parte da operação *Hashtag* a primeira detenção de jovens muçulmanos brasileiros que se radicalizaram em ambiente virtual, com ligações com o EI e que planejavam ataques terroristas no Brasil.

Em maio de 2018, outros 11 suspeitos de promoverem o EI no Brasil foram alvos de investigação, como parte da Operação Átila da Polícia Federal, sendo denunciados pelo Ministério Público Federal. A comunidade virtual da qual os integrantes do grupo participavam era auto-denominada “Estado do Califado no Brasil” e nela, se discutiam assuntos como atividades terroristas do EI, a criação de uma célula terrorista no Brasil e o planejamento de ataques durante o carnaval em Salvador e no Rio de Janeiro (KRUSE, 2018).

Essas duas operações confirmam a possibilidade de formação de células do terrorismo internacional no Brasil a partir da radicalização e recrutamento de jovens muçulmanos, nacionais ou estrangeiros, residentes no país. Essa possibilidade se agrava à medida que grupos radicais islâmicos sofrem reveses no Oriente Médio e na Ásia e buscam oportunidades para manter seu protagonismo em outras regiões, como abordado

---

<sup>69</sup> Disponível em <<https://exame.abril.com.br/pme/para-refugiados-sirios-a-comida-e-um-recomeco/>> Acesso em 09 Jul 2018.

anteriormente.

De fato, um artigo escrito no jornal O Estado de São Paulo sobre a Operação Átila aponta para este cenário. Em entrevista dada ao periódico, Farhad Khosrokhavar, especialista em processos de radicalização da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais<sup>70</sup> (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*, EHESS) de Paris, afirmou que organizar células e atentados são uma resposta do EI a perda de seus territórios na Síria e no Iraque. Como mobilizar células nos EUA e na Europa se tornou difícil, devido a fortes estruturas estatais de enfrentamento ao terrorismo existentes, a busca por regiões como a América Latina, onde a estrutura de segurança pública suspeita menos da atividade terrorista, é uma tarefa mais fácil. Jean-Charles Brisard, fundador do Centro de Análise do Terrorismo<sup>71</sup> (*Centre D'Analyse du Terrorisme*, CAT) na França, por sua vez, afirmou que países sem comunidades muçulmanas importantes também podem abrigar células “jihadistas”, já que o EI vem tentando se expandir para locais em que não tem presença (NETTO, 2018).

Portanto, este estudo considera que a presença de comunidades dos segmentos religiosos judaico e muçulmano no Brasil pode ser considerada outro fator de atração do terrorismo internacional, dada a possibilidade de radicalização e recrutamento de simpatizantes do extremismo religioso, principalmente entre as comunidades islâmicas, bem como a chance de grupos extremistas religiosos elegerem membros dessas comunidades como alvo para ações terroristas.

O terceiro fator que influencia a exposição do país a ameaça terrorista internacional é a atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas e crimes transfronteiriços no país.

Esse fator deve ser analisado, também, sob dois aspectos diferentes. O primeiro

---

<sup>70</sup> Tradução do próprio artigo.

<sup>71</sup> Idem.

está ligado ao apoio prestado pelo crime organizado a organizações terroristas internacionais para ações no país e o segundo, à própria tendência de internacionalização e politização das grandes organizações criminosas, principalmente as ligadas ao tráfico internacional de drogas.

Analisando-se o primeiro aspecto, verifica-se que a crítica situação de segurança pública no Brasil, com forças de segurança estaduais sofrendo restrições orçamentárias devido a crises econômicas vivenciadas pelos estados da federação, elevados índices de criminalidade e perda do monopólio da violência pelo Estado em áreas no interior de grandes cidades podem atrair atividades do terrorismo internacional no país, uma vez que suas operações podem ser facilitadas pelo deficiente aparato de segurança pública do Estado e pela possibilidade de obtenção de apoio para a realização e financiamento de suas ações.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017 informa que em 2016 ocorreram mais de 61.000 mortes violentas no país<sup>77</sup>, superior a regiões onde ocorrem conflitos internacionais, como por exemplo, a Síria, demonstrando a situação caótica no país e a incapacidade do Estado de lidar com essa situação. Nesse mesmo ano, mais de 112.000 armamentos ilegais foram apreendidos, demonstrando a existência de um vasto mercado ilegal de armas no país. As dificuldades de controle das fronteiras brasileiras e dos portos e aeroportos, por onde entram mercadorias oriundas de outros países e cidadãos estrangeiros possibilitam o ingresso ilegal de armas e munições e o descontrole da entrada de pessoal de outras nacionalidades. As diversas facções e organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, armas e comércio ilegal controlam áreas densamente habitadas nos grandes centros urbanos do país e associam-se para crimes de todas as ordens<sup>78</sup>.

Células de uma organização terrorista que desejem se instalar no país poderiam passar operar a partir de áreas com deficiente presença policial e associar-se ao crime

---

<sup>77</sup> Homicídios por atos intencionais, não computando mortes por acidentes em trânsito ou de qualquer natureza.

<sup>78</sup> Disponível em <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)>. Acesso em 06 Jul 2018.

organizado para obtenção de armas, munições e equipamentos, corrupção de agentes públicos e para realizar a lavagem do dinheiro necessário a suas ações.

O segundo aspecto ligado à atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas e a crimes transfronteiriços no país, é a própria tendência de internacionalização e politização destas organizações, que podem passar a recorrer a práticas terroristas na busca de seus interesses, ocasionando o já mencionado Narcoterrorismo.

Grupos narcoterroristas na América Latina, como o Sendero Luminoso e remanescentes das FARC-EP, apesar de terem sofrido derrotas militares nos últimos dez anos e desmobilizado grande parcela de seus quadros em decorrência de acordos de paz, continuam representando ameaças a região<sup>79</sup>, devido a manutenção do controle da produção e comércio de cocaína e de armamento e do envolvimento em atividades criminosas como sequestros, extorsões e assaltos<sup>80</sup>. Sua associação e provimento de treinamento a organizações criminosas na região, dentre as quais, o CV e o PCC, no Brasil, como já abordado anteriormente, podem transferir conhecimentos sobre práticas terroristas, de seu domínio.

O PCC, presente em todos os estados brasileiros iniciou, em junho de 2016, um forte movimento de expansão para o Paraguai, matando em uma emboscada na cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, Jorge Rafaat Toumani, o maior produtor e traficante de drogas daquele país, em um firme passo para dominar todas as etapas deste comércio ilegal de entorpecentes e armamento nos dois países (HISAYASU; TOMAZELA, 2017). Há indícios de que o PCC tenha financiado partidos durante as eleições de 2014 realizadas no Brasil, demonstrando a intenção da organização de adquirir poder político (VIEIRA, 2014). Essa organização criminosa, que se internacionaliza e já foi responsável por ataques, vistos

---

<sup>79</sup> Disponível em <<https://www.dw.com/es/despu%C3%A9s-de-25-a%C3%B1os-qu%C3%A9-queda-de-sendero-luminoso/a-40476915>>. Acesso em 17 Jul 2018.

<sup>80</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032\\_580973.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/11/internacional/1531279032_580973.html)>. Acesso em 17 Jul 2018.

anteriormente, que poderiam ser enquadrados como terroristas, segundo os conceitos adotados neste trabalho, tem potencial para expandir as práticas e a influência de grupos narcoterroristas para dentro do território brasileiro, por influência de seus associados internacionais.

Dessa forma, este estudo acredita que a precária situação da segurança pública brasileira, onde existem áreas e atividades ilícitas controladas pelo crime organizado e a atuação de grandes organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas e crimes transfronteiriços, com conexões com grupos narcoterroristas latino americanos, é outro fator que aumenta a atração da ameaça terrorista internacional no Brasil.

#### **4.2 Fatores de vulnerabilidade a ameaça terrorista internacional no Brasil**

A compreensão da complexidade envolvida na construção de uma adequada capacidade de enfrentamento ao terrorismo durante o período dos grandes eventos internacionais realizados no país e sua posterior desmobilização permitiu a este estudo destacar, também, três fatores de vulnerabilidade a atividade terrorista internacional no Brasil: a baixa percepção da sociedade a ameaça terrorista, o deficiente ordenamento jurídico referente ao crime de terrorismo e a precária estrutura de enfrentamento ao terrorismo no país.

Iniciaremos a análise pela baixa percepção da sociedade brasileira a ameaça terrorista internacional no país.

Como visto no capítulo anterior, aspectos como o distanciamento das regiões geográficas de maior ocorrência de ataques terroristas, o longo tempo passado desde os últimos registros de ataques desta natureza no país e a atribuição de maior importância na imprensa nacional e na cultura brasileira a outras ameaças, como criminalidade e doenças endêmicas contribuem para que a sociedade brasileira perceba a ameaça terrorista como de baixa probabilidade de ocorrência.

Durante o período dos grandes eventos internacionais ocorridos no país, esta percepção foi aumentando, em função do histórico de ataques desta natureza neste tipo de acontecimento e, das ameaças do EI, atingindo seu apogeu às vésperas dos Jogos Olímpicos Rio 2016, quando publicações de membros deste grupo terrorista em redes sociais, alusivas a ataques durante o evento, eram noticiadas pela mídia internacional, como visto anteriormente.

A desativação da estrutura de enfrentamento ao terrorismo e o retorno da prontidão contra a ameaça a níveis anteriores a julho de 2007 reflete, salvo melhor juízo, o retorno da percepção a ameaça terrorista pela sociedade brasileira a patamares baixos, quando passaram a ser priorizados outros assuntos na agenda nacional, como a crise político-econômica, a corrupção e o aumento da violência nos grandes centros urbanos<sup>81</sup>.

Para uma correta compreensão deste fator de vulnerabilidade, é importante ressaltar, em primeiro lugar, que no Brasil, assim como em diversos países democráticos, a percepção social a uma ameaça acaba por pressionar o governo a adotar medidas para atender os anseios da sociedade. Se a percepção a ameaça terrorista é baixa, conseqüentemente, o governo acaba por dar baixa prioridade à prontidão contra esta ameaça, não investindo no estabelecimento e manutenção das estruturas necessárias para seu enfrentamento. Estruturas inadequadas de enfrentamento ao terrorismo não oferecem a segurança necessária, aumentando a vulnerabilidade a ameaça.

Em segundo lugar, a própria capacidade de reação a esta ameaça por parte das forças de enfrentamento ao terrorismo depende, no campo operacional, da percepção dos indícios de ataques desta natureza, como visto no capítulo anterior. Uma baixa percepção a esta ameaça resulta em redução da capacidade de alerta contra ataques terroristas, aumentando suas chances de sucesso. Como a manutenção de um grande efetivo de agentes de segurança

---

<sup>81</sup> Disponível em <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/08/03/financial-times-violencia-do-rio-e-reflexo-da-crise-economica-e-corrupcao/>>. Acesso em 18 Jul 2018.

e de sistemas de vigilância voltados exclusivamente para a ameaça terrorista exigem um enorme esforço e dispêndio de recursos financeiros, os alertas dados por funcionários de empresas que prestam serviços ao público, seguranças privados e cidadãos comuns que frequentam locais passíveis de ataques são essenciais para o funcionamento das estruturas de segurança contra esta ameaça.

Dessa forma, este estudo acredita que a baixa percepção brasileira a ameaça terrorista constitui, também, um fator de vulnerabilidade a ataques terroristas internacionais no país.

Outro fator de vulnerabilidade ao terrorismo internacional no Brasil é o deficiente ordenamento jurídico referente ao tema.

Como visto anteriormente, o Brasil, desde 1988, reconhece a gravidade do terrorismo, o qual repudia, dentro dos princípios que norteiam suas relações internacionais, conforme estabelecido em sua Constituição Federal e classifica como crime inafiançável, em seu artigo 5º (BRASIL, 2018). Como potência regional de relevância e membro ativo do sistema ONU, compartilha da preocupação internacional com o crescimento da ameaça terrorista desde o final do século XX, ratificando os diversos acordos internacionais surgidos com o evento, principalmente a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA<sup>82</sup>. A Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada pelo Estado Brasileiro em Barbados, em 3 de junho de 2002 promulgada pelo Decreto No. 5.639 de 26 de dezembro de 2005 discrimina diversos atos internacionais de prevenção, repressão e supressão do terrorismo<sup>83</sup>.

Entretanto, a baixa percepção da possibilidade da ocorrência de atentados terroristas em território nacional, levou a que uma lei referente ao tema fosse sancionada

---

<sup>82</sup> Disponível em < <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo/>>. Acesso em 25 Jun 2018.

<sup>83</sup> BRASIL. *Convenções Anti-Terrorismo*. Secretaria de Cooperação Internacional. Ministério Público Federal. Brasília, DF. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/normas-e-legislacao/tratados/convencoes-anti-terrorismo> Acesso em: 22 mar. 2018.

apenas em 2016, alguns meses antes dos Jogos Olímpicos no país.

Entretanto, a lei N° 13.260, que tardou a entrar em vigor, é excessivamente seletiva, ao listar razões específicas para enquadramento no crime, sendo elas a xenofobia e a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião. Seu parágrafo 2°, compromete ainda mais sua eficiência, ao estabelecer que (BRASIL, 2016, p.1)

O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei.

Ao listar, na tipificação do crime, apenas um pequeno número de razões para sua motivação, bem como, ao excluir do enquadramento as inspirações de cunho político e religioso, principais motivações das organizações terroristas para o recurso a violência extrema, como visto anteriormente, o texto compromete bastante sua eficiência.

A motivação política, conforme abordado no capítulo 2 deste trabalho, é a principal razão, para a ocorrência do terrorismo. Constitui um elemento central em diversas conceituações sobre o fenômeno, tal como as propostas por Walter Laqueur (2002) e Robert Pape (2006). Mais do que xenofóbico, racista ou étnico, a grande maioria dos grupos terroristas tinham um propósito político ou político-religioso que motivou seus membros a causar o terror social, influenciando um público específico e pressionando lideranças políticas. Até mesmo as organizações criminosas abordadas neste trabalho, cuja motivação para a existência é a obtenção de lucros por meio de atividades ilícitas, recorreram a práticas terroristas quando quiseram pressionar lideranças políticas em um sentido desejado.

A lei também traz a possibilidade de exclusão do enquadramento caso considere o crime como parte de manifestação religiosa, ignorando que o fundamentalismo religioso tem sido considerado por estudiosos como Rapoport (2002), um dos principais motivos para a onda terrorista em andamento na atualidade.

O enquadramento seletivo no texto da lei exclui, ainda, movimentos sociais, sindicais, de classe ou de categoria profissional, possibilitando, na prática, que o terror social possa ser empregado, desde que em busca destes propósitos específicos (BRASIL, 2016).

Dessa forma, vê-se, no Brasil, o uso sistemático da violência para causar terror social, sem que necessariamente seja considerado terrorismo, tal como durante as recorrentes reivindicações surgidas no sistema prisional brasileiro, que resultaram, no passado recente, em campanhas de violência do crime organizado contra agentes de segurança pública e seus familiares, transporte público e estabelecimentos comerciais com o propósito de causar o terror generalizado na população e pressionar lideranças políticas a atender os pleitos dos líderes de facções criminosas (VISACRO, 2009).

Adotando exclusões, a lei se torna seletiva e evidencia uma responsabilização altamente subjetiva, podendo um ato criminoso que tenha por propósito causar o terror social ser desclassificado como terrorista, em função das razões para a realização desse ato e, não da ação e de sua consequência, ainda que tenham sido calculadas e cometidas com dolo.

Por esta razão, este estudo acredita que a Lei n° 13.260 de 16 de março de 2016 possui falha de concepção, ao ser seletiva nas razões listadas para o crime de terrorismo. Mais do que isso, a exclusão da motivação política nesta lista evidencia a não compreensão do próprio fenômeno social, cuja finalidade sempre é política. Buzanelli também concorda com esta reflexão, ao afirmar que a lei perde eficácia ao não fazer constar a motivação política para o crime de terrorismo, bem como ao possibilitar diversas exclusões em seu enquadramento, constantes em seu Parágrafo Segundo<sup>84</sup>.

O trato de atos dessa natureza como crime comum colocaria seus responsáveis sujeitos às penas bem mais brandas do Código Penal brasileiro<sup>85</sup> e incondizentes com a

---

<sup>84</sup> Ver Apêndice B “Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli”.

<sup>85</sup> Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-norma-actualizada-pe.html>>. Acesso em 18 Jul 2018.

gravidade das consequências que poderão ter sido causadas.

Essa fragilidade jurídica abre possibilidade para que ataques terroristas não recebam uma punição proporcional a gravidade deste tipo de crime e resulta em falha, enquanto instrumento de coibição de atos dessa natureza, sendo assim, importante fator de vulnerabilidade ao terrorismo internacional.

Por fim, a limitada estrutura estatal de enfrentamento ao terrorismo é o último fator de vulnerabilidade ao terrorismo internacional, identificado no Brasil.

Como visto anteriormente, fruto da própria baixa percepção à ameaça terrorista, o Brasil desmobilizou a eficiente estrutura de enfrentamento ao terrorismo criada e aprimorada durante o período dos grandes eventos internacionais realizados no país.

Se for considerada apenas a gama de capacidades necessárias ao adequado enfrentamento da ameaça terrorista contemporânea, conforme identificado no período dos grandes eventos internacionais e refletido nos arranjos institucionais estabelecidos, pode-se claramente deduzir que a estrutura atual, que utiliza apenas setores específicos da ABIN e do DPF no monitoramento direto e na resposta a ameaça possui limitada capacidade para lidar com tão grave e complexo fenômeno.

As diversas teias que envolvem o terrorismo na atualidade, vistas no capítulo 2, ditam as tendências do fenômeno, que incluem atividades no campo criminal, envolvendo assaltos, sequestros, extorsões, descaminho, lavagem de dinheiro, associação para o crime e o tráfico internacional de drogas, o apoio velado de instituições político-religiosas e de governos estrangeiros, a cooperação internacional entre grupos terroristas, o crescente poder das organizações terroristas transnacionais, a atuação na mídia e no campo das informações digitais e a possibilidade de uso de armas de destruição em massa.

A vasta gama de conhecimentos e capacidades necessárias ao enfrentamento ao terrorismo demandou, durante os grandes eventos internacionais, a construção de estruturas

que reunissem diversas agências de inteligência de diferentes instituições das 3 esferas governamentais, sob uma coordenação única para realizar, além do reforço a segurança pública, atividades de inteligência, operações especiais, controle e defesa do espaço aéreo brasileiro, controle do tráfego marítimo e segurança da navegação, patrulhamento e vigilância de fronteiras terrestres, defesa contra agentes NBQR e capacidade de gerenciamento de crises.

A compreensão da complexidade de se construir uma adequada estrutura de enfrentamento ao terrorismo, como visto anteriormente durante os grandes eventos realizados no país, serve para ressaltar que a superação do desafio imposto pelo terrorismo na atualidade requer o trabalho integrado de uma vasta quantidade de agências governamentais e do intercâmbio contínuo de informações com diferentes instituições nacionais e serviços estrangeiros.

Aspectos como a capacidade financeira das grandes organizações terroristas só podem ser neutralizados, tal como buscam fazer os países da OCDE<sup>86</sup>, se os esforços envolverem o trabalho de setores do governo como as Receitas Federal e Estaduais.

O preparo e a distribuição geográfica das forças que atuam contra o terrorismo nas diferentes esferas governamentais deve ser coordenado e integrado para gerar complementaridade das capacidades e possibilitar capilaridade geográfica que garanta a presença de forças táticas em diversos pontos do território nacional em situações críticas.

A adequada atuação no campo informacional, mantendo a percepção a atividade terrorista em níveis adequados por parte de agentes de segurança pública, funcionários de empresas prestadoras de serviços ao público e a população que frequenta locais passíveis de sofrer ataques desta natureza é outro aspecto que deve integrar o enfrentamento ao terrorismo e só pode ser motivado por uma adequada estrutura de enfrentamento a esta ameaça.

---

<sup>86</sup> Disponível em <<https://www.oecd.org/investment/Terrorism-Corruption-Criminal-Exploitation-Natural-Resources-2017.pdf>>. Acesso em 16 Jul 2018.

Na ocorrência de um ataque, a aplicação dos diversos meios de resposta a eventos terroristas deve ser coordenada por uma instância que tenha legitimidade para ordenar os diferentes meios civis e militares das diferentes instituições e agências das três esferas governamentais.

Como os atuais setores envolvidos no enfrentamento ao terrorismo não possuem todas as capacidades necessárias ao enfrentamento da ameaça e não há uma organização permanente com legitimidade para coordenar e controlar essas capacidades, conclui-se que a limitada estrutura estatal de enfrentamento ao terrorismo, na atualidade, constitui outro fator de vulnerabilidade a ameaça terrorista internacional no Brasil.

## 5 CONCLUSÃO

O terrorismo sempre esteve presente na história da humanidade, enquanto ferramenta para se alcançar um propósito, normalmente, político e/ou religioso. Apesar de ter sido largamente estudado, ainda é um fenômeno bastante difícil de se delimitar, não havendo, no plano internacional, um consenso único. Por seu impacto psicológico e potencial de danos, é uma ameaça que pode causar instabilidade política, social e econômica nos Estados por ele atingidos.

As consequências dos ataques terroristas para a população civil, geralmente, alvo das ações, são nefastas e impactantes, fazendo vítimas, destruindo patrimônio e atingindo duramente o moral da sociedade, ocasionando profundos danos ao Estado e a imagem das instituições que devem garantir a segurança dos cidadãos.

As organizações terroristas internacionais representam, na atualidade, um dos maiores desafios da comunidade internacional, tendo diversos Estados firmado tratados de cooperação para combater o terrorismo e se preparado, internamente, para o enfrentamento a esta grave ameaça.

O Brasil, que desde a década de 1980 não lidava com esta ameaça, a percebia como um fenômeno pouco provável no início do século XXI, devido ao afastamento temporal das últimas ocorrências e, também, geográfico das regiões de maior ocorrência do fenômeno no mundo.

Entretanto, devido a aproximação de um período de grandes eventos internacionais, de julho de 2007 a setembro de 2016, que possuíam elevado potencial para atrair ataques terroristas a seu território, o Brasil construiu, com grande esforço e investimentos, uma consistente capacidade de enfrentamento ao terrorismo, estabelecendo eficientes estruturas para cuidar desta área temática. Passado o período, entretanto, as

estruturas foram desativadas e a prontidão brasileira contra esta ameaça retornou aos mesmos níveis anteriores a julho de 2007.

A ocorrência de um ataque deste tipo, na atualidade, pode revelar a falta de preparo do governo e de suas instituições para prover segurança a seus habitantes contra o terrorismo, a incapacidade de se manter os conhecimentos e capacidades adquiridos anteriormente, com grande esforço, no período dos grandes eventos internacionais no país, bem como falta de engajamento em compromissos junto à comunidade internacional relacionados ao enfrentamento do terrorismo.

Por essas razões, este trabalho procurou saber se a desmobilização realizada a partir de setembro de 2016, que retornou a prontidão institucional do Brasil contra o terrorismo a níveis anteriores aos dos grandes eventos internacionais realizados no país é condizente com a ameaça terrorista internacional contemporânea, de forma a responder se um ataque terrorista internacional no Brasil na atualidade é uma hipótese realista, ou não.

Para responder a esse questionamento, o trabalho procurou compreender a ameaça terrorista internacional contemporânea, realizando uma revisão histórica do terrorismo, no capítulo 2 deste trabalho, desde seus primeiros registros até os dias atuais, identificando a repetição de diversas práticas e mecanismos de sustentação de organizações terroristas ao longo do tempo, de diferentes ideologias, tendências políticas e segmentos religiosos, bem como a evolução da atividade terrorista que gerou, no século XXI, os mais importantes grupos da atualidade. Este esforço permitiu, também, identificar algumas das principais tendências do terrorismo internacional, que são: a associação de organizações terroristas internacionais com o crime organizado para obtenção de apoio logístico e para financiamento por atividades como contrabando, extorsão, sequestro e roubo; o uso do terrorismo por organizações criminosas, principalmente as ligadas ao narcotráfico; o apoio velado de instituições político-religiosas e de governos de Estados com interesses geopolíticos específicos; o estreitamento

de laços e a realização de associações entre grupos terroristas com interesses comuns, construindo-se redes e sistemas de franquias; o recrutamento e radicalização de seguidores por meio da internet em diferentes países da comunidade internacional (onde se inserem os “Lobos Solitários”); e o protagonismo de organizações que usam o terrorismo como ferramenta para fins político-religiosos, principalmente os grupos fundamentalistas islâmicos.

A compreensão da edificação de uma capacidade de enfrentamento ao terrorismo no Brasil durante o período dos grandes eventos internacionais realizados no país de julho de 2007 a setembro de 2016, realizada no capítulo 3 deste trabalho, possibilitou entender as dificuldades envolvidas na construção de uma adequada estrutura integrada para o enfrentamento deste fenômeno. O capítulo ressaltou, ainda, a desativação das estruturas de enfrentamento criadas neste período, com o retorno da condição de prontidão contra ataques terroristas a níveis anteriores ao dos grandes eventos internacionais, logo após os Jogos Olímpicos Rio 2016, quando os laços de integração entre os eixos segurança pública, defesa e inteligência foram desfeitos e as instituições, aos poucos perderam a expertise do pessoal que trabalhou nestas estruturas, devido a movimentações internas de seus recursos humanos e a outras prioridades surgidas nas agendas institucionais e nacional.

Finalmente, no capítulo 4, com base nas tendências do terrorismo internacional e, na análise do trabalho realizado no período dos grandes eventos internacionais no Brasil, o estudo identificou a existência de importantes fatores de atração e de vulnerabilidade ao terrorismo internacional no país. Os fatores de atração identificados foram o crescimento do turismo internacional no país, a concentração de populações de segmentos religiosos de interesse de organizações terroristas internacionais e a atuação de organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas e a crimes transfronteiriços. Os fatores de vulnerabilidade identificados, por sua vez, foram a baixa percepção da sociedade a ameaça terrorista, o deficiente ordenamento jurídico referente ao crime de terrorismo e a precária

estrutura de enfrentamento ao terrorismo no país. A análise destes fatores, feita neste mesmo capítulo, indicou que a desmobilização, que reduziu a prontidão do país para o enfrentamento ao terrorismo é incompatível com a crescente ameaça terrorista internacional contemporânea.

Por essas razões, este estudo conclui que, devido a existência de fatores de atração ao terrorismo internacional no Brasil e, também, de vulnerabilidade ao fenômeno, um ataque terrorista internacional em território brasileiro, na atualidade é um acontecimento factível.

A ameaça crescente dos grupos fundamentalistas islâmicos no mundo, com dois casos ligados ao EI já comprovados no Brasil e a possibilidade de grandes organizações criminosas brasileiras, como o PCC, que internacionaliza suas ações e estreita laços com grupos narcoterroristas na América Latina, recorrerem ao terrorismo por influência de suas cooperações internacionais são dois fatores que se destacam neste estudo.

Com isso, este estudo ressalta a importância de se resgatar e preservar os conhecimentos e capacidades adquiridos anteriormente, de maneira a prover segurança contra o fenômeno, além de honrar os compromissos internacionais brasileiros referentes ao tema.

Como a percepção da ameaça se diluiu com o fim do período dos grandes eventos internacionais, o apelo político para a criação de uma estrutura com tal missão, tal como o CPCT, ou o CIET, abordados neste trabalho, está, na atualidade, enfraquecido.

Se o país já era vulnerável a um ataque terrorista internacional no primeiro semestre de 2007, na atualidade, esta situação piorou bastante, em função dos acontecimentos internacionais que irradiam a atividade terrorista para fora das regiões onde, normalmente, esse fenômeno ocorre e, também, devido a aspectos da realidade atual brasileira.

Outras oportunidades ainda poderão surgir, com a proximidade de novos eventos internacionais que aumentem a percepção à ameaça, ou até mesmo, e neste caso, infelizmente, na ocorrência de um evento terrorista inesperado em território brasileiro, que caia sobre a realidade como, segundo as palavras de Buzanelli, “Um raio em céu azul”.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Murilo R.; TRANCHES, Renata. *Abin confirma ameaça do EI ao Brasil e amplia monitoramento de suspeitos*. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 14 Abr 2016. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,abin-confirma-ameaca-do-estado-islamico-ao-pais,1856278>>. Acesso em 07 Ago 2018.
- AMADOR, Iris. *Departamento do Tesouro dos EUA inclui grupo maoísta peruano Sendero Luminoso na lista dos principais narcotraficantes*. Revista Militar Digital Diálogo: Fórum das Américas, 17 Jul 2015. Doral, Fl, 2015. Disponível em <<https://dialogo-americas.com/pt/articles/departamento-do-tesouro-dos-eua-inclui-grupo-maoista-peruano-sendero-luminoso-na-lista-dos-principais-narcotraficantes>>. Acesso em 15 Jul 2018.
- BERRY, La Verle; *et al.* *A global overview of narcotics-funded terrorist and other extremist groups*. Report prepared by the Federal Research Division Library of Congress under an Interagency Agreement with the Department of Defense. Washington: Library of Congress, 2002. 142 p. Disponível em <[https://www.loc.gov/tr/frd/pdf-files/NarcsFundedTerrs\\_Extrems.pdf](https://www.loc.gov/tr/frd/pdf-files/NarcsFundedTerrs_Extrems.pdf)>. Acesso em 08 Ago 2018.
- BÍBLIA SAGRADA. *Êxodo*. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993. Cap. 6 – 11. Disponível em <<https://www.bible.com/pt/bible/211/EXO.6.NTLH>>. Acesso em 31 Mai 2018.
- BORGES, Laryssa. *PF aprende grupo que preparava ataques terroristas no Brasil*. Esportes. Revista Veja online. São Paulo, 21 Jul 2016.
- BOTTINO, Alfredo A. *Segurança de grandes eventos internacionais: Um desafio para as Forças Armadas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2013. Trabalho de Conclusão do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.
- BRASIL. *Cenários de Defesa 2020 – 2030*. Sumário Executivo. Assessoria Especial de Planejamento. Ministério da Defesa, Brasília, D. F. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 25 fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem*. Brasília, DF, 2001. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm)>. Acesso em 22Mar 2018.
- \_\_\_\_\_. *Glossário das Forças Armadas*. MD35-G-01. Ministério da Defesa. 5ª Edição. Brasília-DF, 2015. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>>. Acesso em 31 Mai 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.260 de 16 de março de 2016. *Lei do Terrorismo*. Brasília, DF, 2016. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113260.htm)>. Acesso em 22Mar 2018.
- BRITANNICA, Encyclopaedia Editors. *1983 Beirut barracks bombings*. Terrorist attacks, Lebanon. Encyclopaedia Britannica. Chicago, 2008. Disponível em <<https://www.britannica.com/event/1983-Beirut-barracks-bombings>>. Acesso em 08 de maio de 2018.
- BURKI, Sahid J. *O Islã contra o Islã*. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 22 Fev 2016. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-islã-contra-o-islã,10000017565>>. Acesso em 16 Jul 2018.
- BUZANELLI, Márcio P. *A potencial ameaça do terrorismo internacional e a criação do Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT) do GSIPR*. Workshop: Prevenção e Combate ao Terrorismo Internacional. Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo. Gabinete de Segurança Institucional – Presidência da República. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. Brasília. 2010. 231 p.

CHACRA, Guga. *Por que o libanês Hezbollah entrou na Guerra da Síria?* Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 20 Mai 2013. Disponível em <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/por-que-o-libanes-hezbollah-entrou-na-guerra-da-siria/>>. Acesso em 12 Mai 2018.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2002. 417 p.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2004. 525 p.

GUEDES, A. Marques. *O Tempo e as Ressonâncias*. Os Estados modernos, o anarquismo, o anarco-sindicalismo, e o jihadismo. Revista Geopolítica, no.3, pp. 51-99. Plataforma Academia.edu. 2009. Disponível em <[http://www.academia.edu/9202305/O\\_Tempo\\_e\\_as\\_Resson%C3%A2ncias.\\_Os\\_Estados\\_modernos\\_o\\_anarquismo\\_o\\_anarco-sindicalismo\\_e\\_o\\_jihadismo](http://www.academia.edu/9202305/O_Tempo_e_as_Resson%C3%A2ncias._Os_Estados_modernos_o_anarquismo_o_anarco-sindicalismo_e_o_jihadismo)>. Acesso em 25 de maio de 2018.

HISAYASU, Alexandre; TOMAZELA, José M. *PCC avança fronteira e explode empresa no maior roubo da história do Paraguai*. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 20 Abr 2017. Disponível em <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pcc-avanca-fronteira-e-explode-empresa-no-maior-roubo-da-historia-do-paraguai,70001750624>>. Acesso em 08 Ago 2018.

HUSAIN, Ed. *The Islamist*. Londres: Penguin Books, 2007. 288 p.

KRUSE, Tulio. *MPF acusa 11 brasileiros de promover o Estado Islâmico e recrutar jihadistas*. Internacional. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 Mai 2018. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,mpf-acusa-11-brasileiros-de-promover-estado-islamico-e-recrutar-jihadistas,70002311692>>. Acesso em 08 Ago 2018.

KUSHNIR, Beatriz. *Atentado do Riocentro*. CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/riocentro-atentado-do>>. Acesso em 01 Mai 2018.

LAQUEUR, Walter. *A History of Terrorism*. 3ª. ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002. 277 p.

MCFATE, Jessica L; Harleen Gambhir. *Isis Global Messaging*. Strategic Fact Sheet. Dez 2014. Washington, D.C.: Institute For The Study of War, 2014. Disponível em <<http://www.understandingwar.org/sites/default/files/GLOBAL%20ROLLUP%20Update.pdf>>. Acesso em 13 Jun 2018.

MELLO, Luis M. C. *Counterinsurgency in Brazil: Lessons of the Fighting from 1968 to 1974*. Command and Staff College. Quantico: Marine Corps University, 2010. Dissertação de Mestrado. 28 p.

MELLO, Luis M. C. *O enfrentamento ao terrorismo durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016*. O Anfíbio. Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. Vol. 36. p. 26 – 35. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2018.

NETTO, Andrei. *Ei busca chegar a países não islâmicos*. Internacional. O Estado de São Paulo. São Paulo, 20 Mai 2018. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ei-busca-chegar-a-paises-nao-islamicos,70002315712>>. Acesso em 18 Jul 2018.

NÓBREGA, Carla. *Al Qaeda: Análise Estratégica da Maior Organização Terrorista do Século XXI*. Lisboa: BISCSP, 2013. Tese de Mestrado. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.5/6182>>. Acesso em 18 Mai 2018.

PAPE, Robert. *Dying to Win: The Strategic Logic of Suicide Terrorism*. New York: Random House Trade Paperback, 2006. 353 p.

PAZZINATO, Alceu L.; SENISE, Maria. H. *História Moderna e Contemporânea*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2004. 424 p.

PINHEIRO, Álvaro S. “*Terrorismo: atual contexto estratégico mundial*”. Revista Tecnologia e Defesa, suplemento especial nº15, ano 23, p.4. Belo Horizonte, 2008.

\_\_\_\_\_. *Narcoterrorismo: O flagelo do Século XXI*. Revista Defesanet. Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/terror/noticia/972/NARCOTERRORISMO---O-Flagelo-do-Seculo-XXI-%C2%A9/>>. Acesso em 17 Jul 2018.

PRATES, Maria C. *FARC preparam uma união pró-guerrilha*. Jornal Correio Braziliense. Brasília, 31 Mai 2005. Disponível em <<http://arquivoetc.blogspot.com/2005/10/>>. Acesso em 08 Ago 2018.

RAPOPORT, David, C. *The Four Waves of Terror and September 11*. Revista Anthropoetics - The Journal of Generative Anthropology. Volume VIII, número 1 (Spring/Summer 2002). Departamento de Ciência Política. Universidade da Califórnia em Los Angeles. Los Angeles, 2002. Disponível em <<https://wrlldrels.org/wp-content/uploads/2016/02/Rapoport-Four-Waves-of-Terror.pdf>>. Acesso em 09 Jun 2018.

RIBEIRO, Luci. *Defesa cria setor para a segurança de grandes eventos*. Política. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 14 Mai 2013. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,defesa-cria-setor-para-seguranca-de-grandes-eventos,1031651>>. Acesso em 24 Jun 2018.

SHELLING, Thomas. *What purposes can international terrorism serve?* In: FREY, R. G; MORRIS, C. W. *Violence, terrorism and justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 18-32. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/books/violence-terrorism-and-justice/3F2811C168236B7B1D18E8B8868D138B>>. Acesso em 05 Jun 2018.

SCHMITT, Eric; KIRKPATRICK, David D. *A exemplo da Al-Qaeda, Estado Islâmico cresce com “franquias”*. Internacional. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 16 Feb 2015. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,a-exemplo-da-al-qaeda-estado-islamico-cresce-com-franquias-imp-,1635113>>. Acesso em 13 Jul 2018.

SOUSA, Alexandre R. *Percepção de ameaça terrorista nos jogos olímpicos: Um estudo de caso sobre a cidade-sede São Paulo nas Olimpíadas Rio 2016*. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017. Dissertação de Mestrado. 120p.

SPADANO, Lucas E. F. A. *A complexidade do terrorismo transnacional contemporâneo*. Fronteira: Belo Horizonte, 2004. V. 3, n. 5, p. 63-81, jun. Disponível em <[periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/5067/5139](http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/5067/5139)>. Acesso em 28 de maio de 2018.

TEIXEIRA, Duda; COUTINHO, Leonardo. *Investigação de atentado na Argentina aponta ramificações de rede terrorista no Brasil*. Revista Veja Digital. Mundo. Rio de Janeiro, 2013 Disponível em <<https://veja.abril.com.br/mundo/investigacao-de-atentado-na-argentina-aponta-ramificacoes-de-rede-terrorista-no-brasil/>>. Acesso em 01 Jun 2018.

TOMAZELA, José M. *Vídeo mostra FARC ensinando bandidos brasileiros a sequestrar*. Metrópole, p. C1. Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 04 Jul 2005.

VIEIRA, André G. *Gilmar Mendes diz que PCC faz doações a partidos políticos*. Políticas. Jornal Valor Econômico. São Paulo, 04 Abr 2014. Disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/3506546/gilmar-mendes-diz-que-pcc-faz-doacoes-partidos-politicos>>. Acesso em 17 Jul 2018.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular: Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009. 380 p.

\_\_\_\_\_. *Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo na Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016*. Military Review. Ed. brasileira. 1º Tri 2018. Army University Press. Fort Leavenworth, 2018. Disponível em <<http://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Primeiro->

Trimestre-2018/Brasil-Comando-Conjunto-de-Prevencao-e-Combate-ao-Terrorismo/>. Acesso em 29 Mar 2018.

WEISS, Michael; Hassan Hassan. *Estado Islâmico: Desvendando o Exército do Terror*. São Paulo: Cultrix, 2015. 270 p.

## ANEXO A

## Ataques Terroristas no Mundo de 1970 a 2015: Concentração e Intensidade

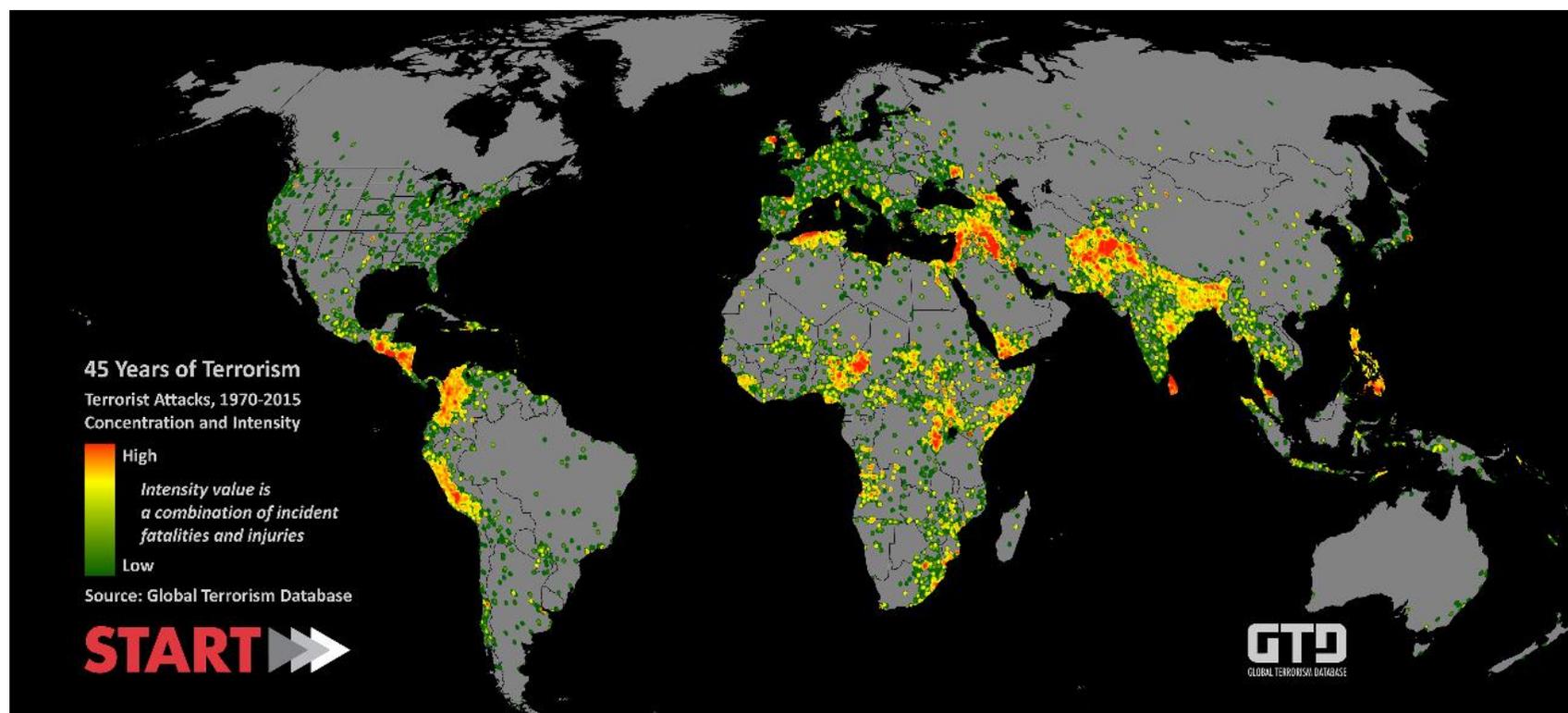


FIGURA 1: Ataques Terroristas no Mundo de 1970 a 2015: Concentração e Intensidade  
Fonte: National Consortium for the Study of Terrorism and responses to Terrorism (START)<sup>90</sup>

<sup>90</sup> Disponível em <[https://www.start.umd.edu/gtd/images/START\\_GlobalTerrorismDatabase\\_TerroristAttacksConcentrationIntensityMap\\_45Years.png](https://www.start.umd.edu/gtd/images/START_GlobalTerrorismDatabase_TerroristAttacksConcentrationIntensityMap_45Years.png)>. Acesso em 28 Mai 2018.

## ANEXO B

TABELA 2

## Percepção da Ameaça a Segurança no Brasil em 2011

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Crime organizado	53,7%	50,1%	63,1%	58,0%	46,3%	<b>54,2%</b>
Desastre ambiental ou climático	46,3%	36,2%	54,0%	39,2%	29,4%	<b>38,6%</b>
Guerra com potência estrangeira	28,9%	39,5%	29,2%	33,5%	34,6%	<b>34,7%</b>
Guerra com país vizinho	27,8%	35,0%	29,5%	33,6%	31,5%	<b>33,0%</b>
Epidemias	34,8%	33,3%	47,6%	29,2%	17,3%	<b>30,5%</b>
Terrorismo	38,5%	39,5%	32,2%	25,5%	15,5%	<b>29,5%</b>
Outros	0,4%	1,1%	1,3%	0,9%	0,2%	<b>0,8%</b>
Nenhuma das anteriores	2,2%	3,4%	1,3%	2,1%	4,2%	<b>2,7%</b>
Não sabe/não respondeu	0,4%	0,4%	0,0%	0,2%	0,2%	<b>0,3%</b>

Fonte: IPEA (Apud SOUSA, 2017). Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120417\\_sips\\_de\\_fesanacional.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120417_sips_de_fesanacional.pdf)>. Acesso em 18 Jul 2018.

## APÊNDICE A

TABELA 1

Crescimento da quantidade de ataques terroristas de 2001 a 2016

Ano	Quantidade de Eventos
2016	13488
2015	14852
2014	16860
2013	11996
2011	8500
2010	5013
2009	4710
2008	4795
2007	3236
2006	2727
2005	2007
2004	1157
2003	1253
2002	1297
2001	1882

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do *National Consortium for the Study of Terrorism and responses to Terrorism*<sup>91</sup>

<sup>91</sup> Dados para o gráfico disponíveis em <<https://www.start.umd.edu/gtd/>>. Acesso em 15 Ago 2018.

## APÊNDICE B

## Transcrição da Entrevista com Márcio Paulo Buzanelli

Brasília, D.F., em 16 de Maio de 2018.

*Márcio Paulo Buzanelli, Assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR) é funcionário do governo federal e especialista em terrorismo desde 1978, quando exercia função no extinto Sistema Nacional de Informações (SNI). Dentre as diversas funções que exerceu na área de inteligência, foi Diretor do Departamento de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), de setembro de 2004 a agosto de 2005, quando assumiu a Diretoria-Geral do órgão, cargo que ocupou até outubro de 2007. A partir de junho de 2009, Buzanelli passou a dirigir o Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ocupando posição de assessoria de alto nível para as ações de enfrentamento ao terrorismo, cargo de elevada importância para a o planejamento e condução da segurança dos Grandes Eventos Internacionais que ocorreram no Brasil de 2007 a 2016.*

1. O Sr. Poderia relatar o histórico recente da organização institucional do governo brasileiro para o enfrentamento ao terrorismo nos Grandes Eventos Internacionais que se realizaram no país nos últimos anos?

Nossa experiência inicia-se com os Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro, quando eu era Diretor-Geral da ABIN e tivemos uma

experiência neste sentido, não de ações centralizadas de prevenção e combate ao terrorismo, mas de coordenação interagências na área de inteligência no âmbito do SISBIN (Sistema Brasileiro de Inteligência) e na área de segurança pública.

2. Nos Jogos Panamericanos trabalhávamos mais separados?

Sim, antes dos jogos éramos como ilhas, tal qual em um arquipélago. De certa forma, ainda o somos hoje.

3. Quando o Sr. Acho que começamos a integrar mais nossos trabalhos como instituição?

Desde essa época vínhamos desenvolvendo uma série de ações no sentido de integrar. Uma delas foi o lançamento da publicação “Workshop: Prevenção e Combate ao Terrorismo Internacional”, tudo baseado, não em nossa experiência própria pois, afortunadamente, não tivemos problemas maiores com terrorismo internacional. Tivemos nas décadas de 1960 e 1970 experiência no âmbito do combate a subversão, mas era uma guerra interna no contexto de uma guerra revolucionária que havia. Era chamada, na oportunidade, de Hipótese de Guerra e era a número dois no contexto nacional.

Começamos efetivamente a ter uma experiência internacional, observando fatos e como eles se davam, a partir dos atentados em Buenos Aires em 1992 e 1994.

Pudemos aprender bastante observando falhas na forma como o Estado Argentino estava organizado para esta situação nos dois casos, principalmente quando ocorreu o segundo, na AMIA (Associação Mutual Israelita da Argentina) onde já poderiam ter incorporado aprendizados, uma vez que já havia o precedente do primeiro ataque.

Aprendemos, também, observando os ataques na Espanha em 2004. Neste,

ao contrário do que ocorreu na Argentina, os espanhóis conseguiram, em pouco tempo, recolocar o sistema ferroviário em operação, apurar as responsabilidades e prender os envolvidos. A diferença, nos dois casos é que, na Espanha, existia um ente de coordenação da luta contra o terrorismo.

Acompanhando os dois casos, os países da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) passaram a se mobilizar de uma forma mais integrada, criando algum aprestamento nas áreas de inteligência e prevenção. Na área de resposta, como contraterrorismo, acredito que sempre tivemos um padrão muito bom.

A partir dos atentados em Nova Iorque de 11 de setembro de 2001, a Polícia Federal também passou, paralelamente a ABIN, a realizar atividades de prevenção e monitoramento do terrorismo internacional. Para coordenar as ações dos diversos setores ligados a prevenção e monitoramento, em 09 de junho de 2009 foi criado, no âmbito do GSI, o Centro de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CPCT), que passou a coordenar o enfrentamento ao terrorismo, distribuindo tarefas e estabelecendo limites de atuação. O GSI funcionou muito bem como coordenação de crises na ocasião, pela própria ascendência da Presidência da República sobre outros órgãos governamentais.

Em 2011, as atividades do Centro foram suspensas, pois a Presidente em exercício (Dilma Vana Rousseff) não queria que uma assessoria da estrutura direta da Presidência da República cuidasse de crises. Por este fato, no período de 2011 a 2016, toda a coordenação do governo na área de resposta a crises de segurança foi prejudicada, passando a ser coordenada em setores onde havia alguma experiência de coordenação, principalmente nas Forças Armadas. Os demais órgãos governamentais eram juntados a estrutura estabelecida. Por uma inação dos governantes neste período, o CPCT deixou de existir porque não se percebia uma ameaça por parte do terrorismo. Na verdade, o núcleo seria desativado, mas não extinto, pelo fato de que já haviam, na época da

decisão pela desativação, opiniões e análises publicadas na mídia, bastante favoráveis a operação do CPCT. Por esta razão, todos os avanços na área de prevenção as ameaças “não visíveis” estagnou, pelo fato de que a cúpula do governo tinha dificuldades em perceber estas ameaças e também, porquê se preocupava com a possibilidade de monitoramento de movimentos populares.

A própria aprovação de uma lei que objetivava a tipificação do terrorismo foi retardada até o momento final (às vésperas dos Jogos Olímpicos 2016), quando foi lançada uma lei cheia de “fraturas expostas”, que saiu a revelia do GSI, pois tínhamos uma outra proposta. A Lei aprovada é produto da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, que temia que pudesse ser usada para atacar os movimentos sociais.

4. Cada grande evento internacional realizado teve suas particularidades de governança e estruturação, entretanto, nota-se que, o governo sempre trabalhou com estruturas *ad hoc*, como por exemplo, o Centro Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo (CIET) que funcionava subordinado ao Comitê Estratégico de Segurança Integrada (CESI) para as Olimpíadas de 2016. Qual o motivo desta preferência?

O governo não queria estruturas permanentes, pois lhe desagradava a questão do terrorismo. A questão terrorismo, onde sempre foram apodados os atos cometidos no Brasil no passado era um tabu. Uma comissão criada na CREDEN (Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Conselho de Governo) para rever a Lei de Segurança Nacional é de 14 de julho de 2008. Na virada do governo, em 2011, já tínhamos tudo pronto, entretanto, nenhuma decisão tomada, estando o trabalho ainda em aberto nos dias atuais. O Brasil precisa desta lei, pois não temos, por exemplo, a tipificação de crimes como sabotagem, espionagem. Sua previsão no código penal é

feita de maneira insuficiente, não atendendo a ameaça dos dias de hoje.

5. A Lei do Terrorismo em vigor, quanto aos propósitos do crime de terrorismo, enquadra o racismo, a xenofobia e o preconceito religioso, mas não fala do motivo principal pelo qual o terrorismo é praticado. Qual a razão?

O terrorismo é um crime de natureza eminentemente política e o não enquadramento do crime com propósitos políticos pode descaracterizar esta lei. Por exemplo, supondo que o Príncipe Harry venha a visitar o Brasil e o PIRA (Provisional *Irish Republican Army*), uma dissidência do IRA, resolva fazer um atentado. O Mesmo não poderia ser enquadrado como terrorismo, por sua motivação não ter sido por xenofobia, racismo ou religião, mas sim por razões políticas. Por esta razão, caso os responsáveis fossem presos e capturados, deveriam ser julgados apenas pelo crime comum? Como consequência, o Reino Unido poderia avocar a Corte Internacional de Justiça em Haia, para que ela julgue e o Brasil, neste sentido, poderia perder espaço de soberania na área jurídica, onde deve ser o responsável por julgar crimes cometidos em seu território. Todas essas posições, temos sustentado a vários anos, mas ainda não conseguimos alterar, mesmo com a mudança de governo a cerca de 2 anos atrás. A possibilidade do Brasil ser atingido existe, por uma série de fatores.

6. O Sr. poderia falar sobre o atual terrorismo e os fatores que podem fazer do Brasil um país atrativo para esta ameaça na atualidade?

O terrorismo pode vir a se materializar no país, em função de um conjunto de fatos geradores de ações terroristas, bem como de situações que atraiam a atenção da mídia e podem ser exploradas pelo terrorismo, como foi o caso dos grandes eventos desportivos internacionais.

No filme “Casablanca”, que se passa no Marrocos, em uma dada cena que trata sobre a responsabilidade de um ataque terrorista realizado, é perguntado ao ator principal, um chefe de polícia, quem teria sido responsável pelo ato. Este, por sua vez, dá a seguinte ordem: Prendam os responsáveis de sempre. Com isto, quis se referir aos elementos tradicionalmente presentes no ambiente criminoso, tais como o cafetão, o desordeiro, o bandido comum. Os serviços de inteligência trabalham com os suspeitos de sempre. São os POI (*People Of Interest* – pessoas de interesse). Os serviços internacionais compartilham informação sobre estes criminosos sempre envolvidos em ações ilegais. Entretanto, de alguns anos para cá, o perfil dos terroristas mudou um pouco, tendo surgido os “Lobos Solitários”, pessoas que passam muito tempo na internet e podem ser radicalizadas por meio das redes sociais. Estas pessoas, devotas do Islã, se sensibilizam pelas imagens e mensagens passadas e nelas se acende o desejo de tomar parte na defesa do Islã e dos muçulmanos massacrados no Oriente Médio por soldados israelenses ou ocidentais. Com isto, se radicalizam e tomam uma posição ativa no que consideram a defesa do Islã, por meio da prática de um atentado terrorista, usando, por exemplo, caminhões contra multidões.

A percepção da ameaça terrorista pela população, que foi trabalhada no Brasil durante os grandes eventos internacionais no país foi eficiente, mas já se dissipou.

Hoje em dia, a ameaça é súbita, imprevisível, razão pela qual a prontidão deve ser permanente. Não se pode enfrentá-la apenas com as coordenações de cada grande evento no país. Acredito que estamos preparados para o combate ao terrorismo, com as estruturas de contraterrorismo das Força Armadas e da Polícia Federal, mas isso não é o mais importante. O principal é prevenir, por meio de uma legislação adequada (que não é esta, pois precisa ser reformulada), precisamos de investimentos na área de inteligência e precisamos de uma coordenação das ações, para saber, quando acontecer,

quem deve fazer o que e em qual momento. Temos dificuldades de trabalhar interagencialmente. Apesar de trabalharmos com mais facilidade no âmbito Federal, a cadeia administrativa é muito espessa e, com isto há dificuldades para se falar com os Estados e Municípios. No ambiente de segurança, isso se torna mais difícil. A cooperação é facilitada quando se conhece as pessoas. O interpessoal é fundamental. O propósito do CPCT era garantir a transversalidade entre as agências e instituições dos diferentes níveis da administração pública, sendo todos os contatos com os chefes que trabalhavam exclusivamente nesta área, pertencendo a uma RICTER (Rede Informal de Contraterrorismo), trocando informações de interesse e obedecendo protocolos de atuação.

Quanto as tendências, a primeira é a continuidade do terrorismo como ameaça mundial crescente não se vislumbrando, no horizonte próximo, sua redução.

Outra tendência é a da manutenção da liberdade de ação política e da iniciativa estratégica, tática e operacional das organizações terroristas, escolhendo seus alvos, independente de onde se localizem, bem como o momento do ataque. Ataques já foram realizados em Buenos Aires, Nova Iorque, Paris, Bali, Madri e Londres, demonstrando que não há teatro de operações secundário. O alcance geográfico é global e, pelo menos em tese, inclui o Brasil.

A estratégia de ação indireta, atacando o oponente fora das regiões em litígio, em terceiros países e ocasiões de oportunidade midiática é mais uma tendência a ser explorada, haja visto o excelente custo benefício, em função da surpresa obtida em ataques inesperados. A publicidade buscada é satisfeita de forma imediata pela mídia tradicional e multiplicada pelos recursos modernos da internet, tais como as redes sociais, sites e acessibilidade a ferramentas sofisticadas de edição e publicação de vídeos.

Outra tendência a ser mantida é a que diz respeito à sua amplitude e a imprevisibilidade, características básicas do terrorismo.

O aumento da capacidade letal, também desponta como tendência, por meio do recurso a armas de destruição em massa (ADM), químicas, biológicas, nucleares ou de dispersão radiológica (bombas sujas).

Entre as tendências tecnológicas, podem ser elencados o uso de “*drones*” (VANTs), a chamada “*Deep Net*”, não somente para divulgação, como para comunicações e troca de conhecimentos sobre técnicas “artesaniais” de bombas improvisadas e os ataques cibernéticos.

Por fim, haverá o predomínio das ações de “Lobos Solitários”, muçulmanos voluntários “jihadistas”, nativos ou residentes em países alvos, ou convertidos ao islamismo. São Paulo é a segunda maior cidade de população judia da América Latina (a maior é Buenos Aires) e a região de nossa tríplice fronteira possui uma população muçulmana significativa.

7. O Sr. poderia comentar as prisões feitas em 2016, por ocasião da Operação “*Hash Tag*” da Polícia Federal no âmbito da Lei do Terrorismo?

As prisões foram uma ação muito boa, no sentido de que mostraram que estávamos preparados para o enfrentamento ao terrorismo e que tínhamos vontade de atingir. Foram as primeiras prisões no âmbito da Lei do terrorismo. Entretanto, em minha opinião, apesar de condenados e já tendo o processo transitado em julgado, os criminosos o assim estão por não terem acesso a advogados com bons fundamentos para defendê-los. Agora do ponto de vista institucional, foi bom, pois pudemos dar o recado a comunidade internacional, onde muitos estavam receosos de vir as Olimpíadas de 2016, por qualificarem nosso preparo para enfrentamento do terrorismo em uma

situação de ausência de legislação e falta de organização. O recado foi dado, embora tenha circulado entre os islamistas que quem passou os alvos foram os norte-americanos e que o sistema de inteligência do país não teria competência para detectar o grupo.

8. Existem em nossa comunidade muçulmana rivalidades entre xiitas e sunitas que indicariam a possibilidade de confronto, ou mesmo radicalização que indicaria a possibilidade da prática de ações terroristas no país?

Não existe rivalidade aparente entre os segmentos. Nossa comunidade muçulmana possui ambos segmentos, mas que convivem em paz, praticando sua religião. Sempre existirá a preocupação com um agente externo, membro de organização terrorista, que venha ao Brasil com tal propósito. Entretanto, nossa maior preocupação é a de uma radicalização individual, por alguém que decida agir sozinho, pois isto é imprevisível.

9. As perdas do Estado Islâmico no Oriente Médio, inclusive com captura de líderes e a fuga constante de Al Bagdhadi indicariam, em sua opinião, qual tendência do grupo para o futuro, com relação a prática de atentados terroristas no exterior?

O grupo hoje vive a chamada Propaganda pela Ação, tal como os anarquistas. A estratégia do grupo será manter-se em evidência, realizando mais ações e garantindo a admiração e respeito daqueles que pensam de forma igual. E estes últimos, são jovens que estão na internet e recebem por ela esta carga de informações, sendo seduzidos a juntar-se ao movimento e incentivados a agir por conta própria, onde estiverem, usando uma faca ou o que for possível, mas de preferência causando vítimas. A vítima tática, no final, não importa, mas sim a vítima maior, a política, normalmente o Estado, que não consegue garantir a segurança, criando-se, assim, o temor

generalizado entre os cidadãos que passam a se achar a próxima vítima em potencial e atingindo, o terrorismo, seu objetivo político. São estes que nos preocupam, os que não tem relações sociais sólidas com ninguém, a não ser em ambiente virtual, não se reúnem, não vão a Mesquita, mas entram em sites islâmicos temporários na internet, recebem e assimilam a carga de mensagens radicais, vivem no anonimato e planejam de forma autônoma suas ações. Contra estes, não há nenhuma ação de prevenção possível de ser eficazmente realizada.